



Assembleia Municipal de Faro
27/07/2023

Ata nº. 33

Ata nº 33

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Faro e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas 20.00 horas, a Assembleia Municipal de Faro, em sessão extraordinária com a presença dos membros a seguir indicados (num total de 31 presenças).

Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte (PSD); Carlos Alberto (PS); Berta Paula Brito Cruz Silva Dias (PSD); Artur Clemente Neto Viegas (PS); Teresa Alexandra Viegas Correia (PSD); João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD); António Manuel Fraga Miranda (PS); Álvaro Miguel Rosendo Patrício (CDS); António Manuel Dias Mendonça (CDU); Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS); Tiago Botelho Martins da Silva (PSD); José Manuel Vaz Ferreira (CHEGA); Daniel Martins Viegas (IL); Júlio Miguel Guerra(PS); Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD); João Carlos Peres Brandão (BE); Ana Lúcia Silva de Passos (PS); Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho (PSD); Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD); João Paulo Avelino Pereira (PS); Rui Pedro Ribeiro (CDU); Paulo Sérgio de Jesus Baptista (PAN); Manuel Eurico dos Santos Mestre (MPT); João Francisco Calado Espanhol (PS); Vítor Manuel Pinto Ortega Reis Cantinho (PPM); Maria Teresa Guerreiro Correia (CDS); Pedro Miguel Gonçalves Cruz (PS); Bruno Gonçalo de Azevedo Lage (PSD – Presidente da União das Freguesias de Faro Sé e S. Pedro); Virgínia Maria Guerreiro Alcaria Alpestana (PSD – Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro); José António Leal Jerónimo (PS – União de Freguesias de Conceição/Estoi) e Sérgio Vicente Santos Martins (CDU – Presidente da junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe).

Por o terem solicitado, **foram substituídos** os seguintes membros:

Luís Manuel Fernandes Coelho (PS) – Substituído por Carlos Alberto.

Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares (PSD) – Substituído por Berta Paula Brito Cruz Silva Dias.

Carla Alexandra Alves Afonso Nunes (PS) – Substituída por Artur Clemente Neto Viegas.



Assembleia Municipal de Faro
27/07/2023

Ata nº. 33

Ana Catarina Pina Águas (CDS) – Substituída por Álvaro Miguel Rosendo Patrício.

António José de Figueiredo Martins da Luz (CHEGA) – Substituído por José Manuel Vaz Ferreira.

Luís Filipe Vicente Guerreiro Mascarenhas (PS) – Substituído por Júlio Miguel Guerra.

Célia Maria Alves Gonçalves (BE) – Substituída por João Carlos Peres Brandão.

Susana Cristina da Silva Joaquim (PS) – Substituída por João Paulo Avelino Pereira.

Emanuel José Pereira Aniceto (CDU) – Substituído por Rui Pedro Ribeiro.

Beatriz Grasiela Calafate (PS) – Substituída por Pedro Miguel Gonçalves Cruz.

- Composição da Mesa:-----

Presidente: Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte.

1.º Secretário: Cláudia Suzana Silva da Luz.

2.ª Secretária: Berta Paula Brito Cruz Silva Dias.

- Membros do Executivo: -----

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes: o Presidente, Rogério Conceição Bacalhau Coelho e os Vereadores Adriano João Leal Cardoso Guerra; Sophie Matias; Paula Alexandra Amaral do Carmo Matias e Sandra Filipa Mateus Moreira Guerreiro Nunes.

*Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião, com a seguinte **ordem de trabalhos:***

- 1 – Apreciação e deliberação acerca da alteração modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa N.º 3 (Revisão) – Investimentos a realizar com recurso à contratação de empréstimo de médio e longo prazo – Proposta n.º 253/2023/CM;



2 – Apreciação e deliberação acerca da atribuição de medalhas ao abrigo do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Faro – Proposta n.º 249/2023/CM;

3 – Apreciação e deliberação acerca da prestação de serviços para transporte de alunos com necessidades específicas – Repartição de Encargos – Proposta n.º 258/2023/CM;

4 – Apreciação e deliberação acerca da reprogramação financeira para construção de fogos habitacionais na Rua Ludovico Menezes; construção da Escola EB1J.I Afonso III; conclusão da Av. Mário Lyster Franco – Repartição de Encargos – Proposta n.º 259/2023/CM;

5 – Apreciação e deliberação acerca da afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 240,00m², no âmbito do processo de obras n.º 236/2021, em nome de I-Style Invest, Lda – Proposta n.º 260/2023/CM;

6 – Apreciação e deliberação acerca do Relatório Final da Comissão para identificação das áreas e competências a transferir para o Município de Faro, no domínio das áreas portuárias e marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, e minuta do protocolo – Proposta n.º 269/2023/CM;

7 – Apreciação e deliberação acerca do Acordo de Geminação entre o Município de Faro, Algarve, Portugal e a Cidade de Hayward, Califórnia, EUA - Proposta n.º 273/2023/CM. (*)¹

Presidente da Assembleia Municipal – «Boa tarde a todos. Vamos então dar início a esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal. O ponto n.º 1 corresponde à apreciação e deliberação acerca da alteração modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa N.º3 (Revisão) – Investimentos a realizar com recurso à contratação de empréstimo de médio e longo prazo – Proposta n.º 253/2023 da autoria da Câmara Municipal.

¹ A Proposta foi **renumerada** pela CMF, passando a ter o número 289/2023/CM



PONTO N.º 1

Apreciação e deliberação acerca da alteração modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa N.º 3 (Revisão) – Investimentos a realizar com recurso à contratação de empréstimo de médio e longo prazo – Proposta n.º 253/2023/CM.

Presidente da Câmara Municipal – «Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Presidente, os membros da Mesa, os Srs. vereadores, os membros da Assembleia Municipal, digníssimos munícipes e colaboradores.

A proposta 253 visa solicitar à Assembleia Municipal autorização para um financiamento externo para a realização de quatro obras estruturantes para o Concelho. Estamos a falar da requalificação do eixo central da Baixa de Faro, já mostrei a área de implantação, a infraestrutura portuária da Porta Nova, uma rotunda nas Pontes de Marchil e ecovia litoral.

Dizer-vos que do endividamento do município, se se recordam há duas reuniões da Assembleia atrás, dia 23 de junho, a contabilidade que tínhamos, nós temos um endividamento hoje, neste momento penso que será ligeiramente inferior, de 13.3 milhões de euros. Esse é o endividamento de médio e longo prazo. Em relação ao endividamento do município, a Lei 73 define que os limites de endividamento do município são, uma vez e meia, a média dos últimos três anos da receita corrente.

No caso do município de Faro, e contabilizando a 31 dezembro de 2022, o nosso limite de endividamento ronda os 72 milhões 993 mil euros. Este será, em termos legais, o limite máximo e permitido que o município pode ter. Como sabem, em 2012, saiu uma alteração à lei, que estipula que os municípios só podem endividar-se, por ano, 20% da margem que tiverem disponível.

Neste momento, saiu uma lei, em final de junho, do Ministro das Finanças que altera esses 20% para 40%. Neste momento, o município, como digo, pode ir até aos 72.993. Retirando o endividamento que tem, mais algumas coisas que também entram, nós temos uma margem absoluta de 57



milhões e 600. 40% destes 57 milhões dá 23 milhões. Como nós temos aprovado um empréstimo de 5 milhões para três obras, aliás, vamos vê-las daqui a pouco noutra proposta, temos que abater nesses 23 milhões. Neste momento, podemos utilizar cerca de 17 milhões e 366 mil euros. Portanto, a margem que temos neste momento que pode ser utilizada para o empréstimo são estes 17 milhões e 300. Daí que propomos à Assembleia, poder efetuar um empréstimo para estas quatro obras, que no total dá 16 milhões e qualquer coisa, portanto abaixo desta margem que temos, e que são para financiar estes quatro investimentos que temos aqui.

O eixo central que abarca aquela zona a amarelo que ali está é a requalificação do espaço público todo desde a estação de Caminho de Ferro, Avenida da República até ao Hotel Faro, depois o Jardim Manuel Bivar e aquela faixa ainda até ao Largo de São Francisco. Este projeto está concluído, resultou de um concurso de ideias que fizemos já há uns quatro anos. Desse concurso de ideias foram selecionados três projetos.

Houve depois um concurso a esses três gabinetes para apresentarem valores e há um gabinete que ganhou e neste momento este projeto com os pareceres das entidades todas que são necessárias está concluído e tem um orçamento de três milhões e trezentos para a requalificação de toda esta zona da Baixa. Este é um pormenor ali junto ao Hotel Eva, Hotel Faro e Alfândega, é apenas um pormenor do projeto.

Depois, um segundo investimento tem a ver com a extensão da infraestrutura portuária da Porta Nova. É aquela zona a vermelho que está ali, estamos a falar de um passadiço que vai desde a Doca, ali por trás do Centro de Ciência Viva, até ao Largo de São Francisco, a sul da linha de Caminho de Ferro, com duas passagens inferiores debaixo da linha, uma onde é hoje as Portas do Mar, com um novo pontão para a acostagem de barcos, depois o passadiço até ao Largo de São Francisco, uma passagem inferior por baixo da linha de Caminho de Ferro, uma requalificação de parte do Largo de São Francisco e um pontão novo, idêntico mas mais extenso, mas com capacidade idêntica ao outro das Portas do Mar e com maior dimensão, na medida em que aquele que nós temos ali hoje é manifestamente insuficiente para a movimentação que ali temos. Este é



apenas um pormenor da zona do Largo de São Francisco.

Um terceiro investimento, que é uma rotunda nas Pontes de Marchil...

Já agora eu não referi, o investimento desta infraestrutura portuária está estimado em oito milhões e meio.

A rotunda nas Pontas de Marchil é a partir daqui que se iniciará, ou finalizará, como quisermos, a chamada terceira circular que estamos a implementar. Este ano, no início do ano já fizemos a inauguração da Avenida 25 de Abril, vem agora aqui uma repartição de encargos e espero que em agosto possamos ter o visto do Tribunal de Contas e, lá para setembro, se iniciar a Avenida Mário Lyster Franco, que é a continuidade da 25 de Abril, entre a Nacional 2 e a Escola da Lejana e portanto ligará à estrada da Senhora da Saúde.

Este projeto faz parte dessa terceira circular, está o projeto concluído também, tem um valor estimado de 2,4 milhões de euros, ficará a faltar na terceira circular a ligação desta rotunda; quando a rotunda estiver concluída, evidente, ficará a faltar a ligação desta rotunda à Estrada da Senhora da Saúde e a ligação da rotunda da Universidade, na 25 de Abril, até à rotunda da Pista de Atletismo. E portanto, nesta terceira circular, quando esta obra estiver concluída, ficarão apenas esses dois troços em falta, estamos a trabalhar nesse sentido, mas cada coisa a seu tempo.

Aqui [mapa] é um pormenor da rotunda, com a ligação ao Montenegro e há aqui do lado direito a futura ligação, que agora não será concluída, à terceira circular. O investimento está orçamentado em 2,4 milhões de euros.

Por último, a ecovia litoral que liga Olhão a Faro, ou Faro Olhão, como quiserem, tem uma estimativa de custos de 2,2 milhões de euros, que virá desde os limites do Concelho de Olhão até a entrada e dentro de Faro. É uma obra com alguma complexidade, demorou muito tempo a fazer o projeto, porque grande parte dela, metade desta obra, aliás, a parte de obra propriamente, está sobre a Ria Formosa, tem muitos pontões, muitas zonas de água, é dentro da Ria Formosa e levou muito tempo, de alguma forma, a concretizar este projeto e, na prática, a ter os pareceres favoráveis para este projeto. Neste momento está concluído e, portanto,



poderemos passar à fase de execução. Este é apenas um pormenor do perfil, em algumas zonas, nem sempre é elevado, mas o que se pretende é, de alguma forma, obter a autorização para desencadearmos os procedimentos para ir à banca, buscar estes cerca 16 milhões de euros.

Isto é um investimento que certamente vai levar 3, 4 anos. Se pensarmos que este ano, se as coisas correrem bem e tudo correr bem, agora vamos consultar a banca; depois, havendo propostas, haverá um contrato com uma instituição bancária, esse contrato tem que vir à Assembleia Municipal, depois tem que ir a visto do Tribunal de Contas, portanto, estamos a falar, na melhor das hipóteses, a ter esse visto, se tudo correr sem reclamações, sem nada disso, no princípio de 24.

Depois, a seguir é preciso lançar os quatro concursos e cada um desses concursos tem que ir a visto do Tribunal de Contas, portanto, estamos a falar, provavelmente, mais um ano. Ou seja, se tudo correr bem, e aqui depende também das obras, umas hão de correr melhor do que outras em termos de concursos, se tudo correr bem, teremos estas obras a iniciar no final de 2024.

Se pensarmos que, regra geral, cada obra destas levam 1, 2, 3 anos, depende da sua obra, estamos a falar em 4 ou 5 anos para termos esta questão concluída. O que significa, e agora para voltar à parte financeira, como digo, nós temos neste momento 13.3 milhões de endividamento de médio e longo prazo; se somarmos estes 16, 17 que aqui estão, significaria que no final teríamos um endividamento de médio e longo prazo de cerca de 30 milhões. Isso não vai acontecer porque ao longo deste tempo nós vamos amortizar os empréstimos que temos. Aliás, se se recordam, quando aprovámos aqui o empréstimo dos 5 milhões para o Centro Cultural de Bordeira, a Avenida 25 de Abril, a Mata do Liceu, que foram 5 milhões e tal, nós tínhamos 20 milhões de endividamento. Essas quatro obras estão concluídas e temos 13.3 neste momento e, portanto, pagamos de alguma forma.

Também é preciso dizer aqui que no caso do Centro Cultural de Bordeira concorremos ao PO 20/20 e fomos buscar 1 milhão de euros e, portanto, isso também ajudou a não aumentar o endividamento.



Estas quatro obras que aqui estão, há aqui pelo menos duas, a Ecovia e a Infraestrutura Portuária, que é muito provável que possamos vir a ter avisos para o PO 20/30, estamos a negociar e a ver isso e, portanto, quando estas obras estiverem em execução, podemos eventualmente ter financiamento do PO 20/30, o que significa que não iremos... ou antes, iremos se calhar, mas é como estamos a fazer com o Centro Cultural de Bordeira, temos o financiamento bancário, a fatura entra, pagamos, mandamos para a CCDR, eles pagam e a gente amortiza. Este é o esquema que temos vindo a fazer e, portanto, aqui poderemos eventualmente, se existirem concursos, avisos, onde estas infraestruturas possam ter elegibilidade, também poderemos.

Mas mesmo sem esse endividamento, é expectável que, no final deste empréstimo, o endividamento de médio e longo prazo do município poderá rondar os 20 milhões, pouco mais, certamente não irá aos 30, porque em quatro anos nós iremos amortizando e, portanto, esses valores vão ser significativamente inferiores.

Portanto, era esta explicação que vos queria partilhar e ponho à disposição. Obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Boa noite a todos. Agradecer a oportunidade de intervir neste importante investimento.

É a capacidade de uma Câmara de contactar a banca e ter capacidade financeira para fazer investimento, porque acredita profundamente nos projetos para melhorar a qualidade urbanística de uma zona que está totalmente degradada.

Pena que a requalificação do eixo da Baixa de Faro não seja o projeto da Alameda Verde, para conquistar o lodaçal imenso que existe na nossa frente Ribeirinha, na Ria Formosa, e novamente reativar o palmar que existiu no fim da monarquia, com a rainha D. Amélia a designar a avenida que vai finalmente ser arranjada e que se deu um melhoramento fantástico com a plantação de mais de uma centena de palmeiras seguramente, há fotografias dessa época e estamos a falar numa área da Baixa que é fundamental em termos turísticos. Todos os hotéis principais dão para esse espaço.



A rotunda do Marchil é também uma rótula viária que vai ser importantíssima, porque finalmente vamos unir as duas freguesias que é a União de Freguesias Sé/S. Pedro e a Freguesia de Montenegro. Como sabem, houve até uma proposta, não sei se foi jogada assim de uma forma para fazer pensar, em propor Montenegro como cidade, que é uma coisa impensável, mas com esta rótula fica finalmente ligada uma nova Freguesia que tem que ser chamada para o perímetro urbano de Faro, porque dela faz parte. Montenegro é essência também de Faro. Muito obrigado.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Membros desta Assembleia, trabalhadores do município e público presente.

Relativamente a esta questão, eu tinha colocado aqui duas ou três notas e começaria por dizer que nós nos vamos abster. E percebemos, de acordo com a explicação que o Sr. Presidente da Câmara Municipal nos prestou, que isto vai ser coisa para durar três, quatro anos, por aí fora.

Agora, nós anotamos aqui três ou quatro números que consideramos interessantes. O saldo de gerência para 2023 foi cerca de 23 milhões de euros. Na última informação que nos foi prestada sobre a situação financeira do município, no final do mês de junho, a despesa total faturada, despesa corrente e despesa de capital, foi da ordem dos 24 milhões de euros. Ou seja, o saldo de gerência praticamente assegurou as despesas faturadas durante o primeiro semestre, pouco faltou.

Aqui, uma nota que acho que é do conhecimento geral das pessoas e das organizações. O custo do dinheiro está mais caro, a remuneração dos depósitos, nem por isso. Isto significa que quer as pessoas quer as organizações, que acumulem capital, independentemente da capacidade de endividamento desta Câmara ser notável, a acumulação de capital a não aplicação do capital e o pedir emprestado, já não é um negócio tão bom como foi aqui alguns anos atrás. E eu digo isto porquê? Nós temos mais seis meses de despesa. O orçamento do município, se retirarmos os 20 e tal milhões do saldo de gerência, andarão para aí na ordem dos 70



milhões a 70 e tal milhões. Onde é que eu quero chegar com esta conversa toda?

Não me espanta nada que o saldo de gerência de 2023 para 2024 atinja os 30 milhões de euros ou supere os 30 milhões de euros. Ai, caímos naquela situação que eu referi há pouco. Os depósitos são mal remunerados e os empréstimos estão cada vez mais caros e as necessidades de investir atempadamente e propositadamente são maiores. O Sr. Presidente já me acenou além que não, nós cá estaremos para verificar se o dinheiro vai ser estoirado nas despesas correntes ou nas despesas de capital. E por que é que eu digo isto? A seguir, nós vamos ser confrontados com as duas principais características no investimento que a Câmara Municipal se propõe a fazer hoje em dia e no futuro. Grandiosidade na apresentação, razoável atraso na execução. Qualquer pessoa que olhe para os programas de investimento, para os processos de investimento, para o andamento das obras e que tenha um bocadinho de atenção à capacidade de realização que existe neste momento, mesmo que haja dinheiro para fazer, vai verificar que a sumptuosidade e a grandiosidade está presente. Há-de ver a luz do dia daqui por três, quatro, cinco, seis, sete anos. O Sr. Presidente o disse. Atraso das obras, obras atrasadas não gastam dinheiro no ano orçamental em curso. De maneira que não sei onde é que existe o acelerador para as despesas de capital. Mas se o Sr. Presidente já descobriu o acelerador dou-lhe os meus parabéns. Daqui por seis, sete meses, se todos cá estivermos, bem dispostos e atentos, teremos a oportunidade de verificar como é que o ano de facto correu e como é que o orçamento foi executado. Obrigado.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Boa noite, Sr. Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. Em primeiro lugar, congratular o município por um investimento avultado e que faz falta à nossa cidade e que vai, sem dúvida, dignificar os farenses.

Já que estamos a falar em rotundas, deixo só aqui uma nota importante. Que talvez futuramente uma rotunda no Patacão e outra perto da Sumol fizessem sentido, visto que costuma haver uma fila de trânsito ininterrupta que vai desde o a VOLVO até à MSCAR. E não é só no verão,



tem-se repetido durante um largo período de tempo. Portanto, acho que se calhar ali..., não sou técnico, mas uma rotunda ali poderia facilitar a circulação do trânsito.

A outra questão é que vejo que se conseguiu, depois de muito esforço, aprovar o passadiço que vai desde Olhão até Faro. Tenho esperança que com um bocadinho de mais esforço, se consiga aprovar o passadiço que vai desde o Parque Riberinho até a Praia de Faro, apesar de já me terem dito que é uma missão impossível, impossíveis não existem, existe só força de vontade e lutar pela nossa cidade. Obrigado.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Muito boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Secretários, Presidente da Câmara, Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, hoje temos pouco público, mas também, claro, o público presente.

Preocupa o PAN a forma como, de repente, se encontram maneiras de gastar mais 16 milhões de euros em projetos que, não colocando de parte a sua importância e que serão importantes, para o bem e para o mal, e serão também transformadores para Faro, mas talvez não tenham merecido um debate aprofundado sobre a sua prioridade relativamente a outros investimentos, também eles fundamentais e estruturantes no concelho, como, por exemplo, a renovação da rede de água e esgotos, os problemas das constantes inundações quando chove, a preparação do território para as crescentes ameaças das alterações climáticas e os fenómenos climáticos extremos, os programas para a descarbonização de transição energética, mais passeios, melhoramento dos que já existem, a própria limpeza da cidade e em outras áreas como na saúde, na ação social, na cultura, no desporto, etc.

Também fica no ar a questão se não haveria outra forma de financiar algum desses projetos, seja através dos fundos europeus ou governamentais, por exemplo, a ECOVIA, mas, de alguma forma, o Presidente respondeu ainda há pouco a essa questão, existindo efetivamente, essa possibilidade.

Também os restantes projetos apresentados, nota-se algum pendor no alcatrão, no betão, nas grandes obras vistosas, quando, no entender do



PAN, poderíamos nos focar em acrescentar mais infraestruturas verdes e, principalmente, condições a montante para criar mais e melhor qualidade de vida, aquilo que eu gosto de chamar o bem viver para quem reside em Faro, seja no acesso à habitação a custos adequados, seja no acesso à saúde, na educação, na cultura, no melhoramento dos serviços no geral e daquilo que já existe e se tem degradado. Vemos isso em coisas simples e mais pequenas, como, por exemplo, por um lado há uma justificação também orçamental para fechar parques infantis de proximidade, mas, por outro, encontra-se dinheiro para obras de grande escala que, sendo importantes, não vão melhorar diretamente a vida de pais com crianças que querem brincar no seu bairro ou junto ao seu prédio, e isto é apenas um exemplo.

Além disso, também não é claro, na proposta apresentada, o desenho final destes projetos e até possíveis implicações ambientais, seja o da extensão da Porta Nova, com a previsão de quase 9 milhões de euros, seja a requalificação do eixo central da Baixa de Faro e em Faro requalificação são, infelizmente, muitas vezes, também sinónimos de mais impermeabilizações, de redução dos espaços verdes, no abate de árvores, como aconteceu na Mata do Liceu e no Jardim da Alameda mas ainda assim são projetos importantes, sem dúvida, para Faro, para o concelho.

Não vamos inviabilizar a proposta, temos sim várias preocupações, queríamos acompanhar no futuro e naquilo que são as competências também de fiscalização da Assembleia Municipal, o PAN vai abster-se. Obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresento-lhe os meus cumprimentos, à Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara, Vereadores e Vereadoras presentes, à Cidália, boa noite, Membros desta Assembleia Municipal, ao público aqui presente e hoje não digo a quem nos vê em casa porque hoje não estamos em direto no YouTube.

A bancada do Partido Socialista começa já por dizer isto: dá os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara. Sr. Presidente, muitos parabéns! Quatro obras estruturantes para a Cidade de Faro.



Estamos orgulhosos que apresente aqui desta forma estes projetos. E dito isto, porque há sempre um mas, não podemos deixar de expressar a nossa preocupação com esta obsessão de contrair um empréstimo de 16 milhões. Não apenas pelo momento que vivemos, mas especialmente porque este número é um número curioso. Este número é um número muito curioso e muitos de nós recordarão, a bancada do Partido Socialista recorda bem, que 16 milhões foi o empréstimo do PAEL no reequilíbrio financeiro. É uma coincidência, claro, evidentemente é uma coincidência. Mas não deixamos de lhe dizer que, não obstante esta enorme coincidência, estas opções que aqui nos apresenta, que consideramos estruturantes, não seriam todas elas as nossas prioridades, mas são as prioridades do executivo eleito. E como tal, a bancada do Partido de Socialista vai votar favoravelmente, porque não será por culpa da bancada do Partido de Socialista que dirão que a obra não nasce, mas a nossa esperança é que a obra efetivamente nasça, Sr. Presidente. Porque, terceiro mandato: um primeiro mandato como Vice-Presidente desta Câmara e mais 10 anos como Presidente de Câmara, totalizando 14 anos à frente deste município, é agora que o Sr. Presidente, a dois anos do término do seu mandato, resolve lançar estas quatro obras e endividar a Câmara em 16 milhões. Reitero, 14 anos depois. Primeiro mandato na qualidade de Vice-Presidente da Câmara e imagino que o Sr. Presidente na qualidade de Vice-Presidente da Câmara também tenha tomado as suas decisões, como imagino que o nosso atual Vice-Presidente da Câmara também tome as suas decisões, portanto, como é evidente não tente sacudir a água do seu capote, porque foi Vice-Presidente da Câmara e não foi Presidente da Câmara. Aliás, porque no meio desse mandato até teve uns meses em que foi Presidente da Câmara. E portanto, aquilo que nos leva a concluir, estes quatro anos como Vice-Presidente, dez anos como Presidente da Câmara, é que o Sr. Presidente chega a dois anos do derradeiro adeus e resolve, perdoem-me a expressão usada aqui com as devidas aspas, “meter a carne toda no assador”. O que é que ainda nos preocupa desta sua, e vossa, tomada de decisão? Preocupa-nos que com esta vossa opção, o Sr. Presidente da Câmara está evidentemente a constranger aquilo que será o futuro da cidade. E portanto, aquilo que o Sr. Presidente está a fazer é constranger aquelas que serão as decisões



futuras de um futuro executivo que tomará posse daqui a dois anos, catorze anos depois de estar à frente desta cidade.

Por outro lado, partilhamos todos aqui nesta bancada esta preocupação, que já aqui é apresentada também pelo PAN, que são os fundos europeus, Sr. Presidente. É porque quando o Sr. Presidente nos apresenta aqui esta proposta e nos diz, não há problema porque eu vou buscar ao PO 20/30, há uma coisa que o Sr. Presidente não diz, na esperança que nós não falemos. É que houve dinheiro que o Sr. Presidente deitou fora no PO de 20/20. Deitou fora, Sr. Presidente! Porque quando toma aqui esta decisão de deitar abaixo a requalificação da Vila Adentro, aprovada há duas sessões atrás na Assembleia Municipal, a requalificação da Vila Adentro e do Largo Fonso III, que o Sr. Presidente candidatou aos fundos europeus e que não executou e não foi buscar este dinheiro, isto é deitar fora dinheiro.

Da mesma maneira, lhe digo que foi o que fez em relação à ECOVIA do Litoral. Porque a ECOVIA do Litoral, que era elegível para o PO 20/20, vai passar para o PO 20/30, mas havia dinheiro no PO 20/20 que o Sr. Presidente não foi buscar. Com que objetivo agora pedir que aprovemos um empréstimo de 16 milhões? E nós vamos aprovar. O Sr. Presidente não sairá daqui a dizer que é por culpa do PS que não executa. Mas aquilo que lhe pedimos, é que efetivamente execute. E ainda digo mais, quando vem falar no Centro Cultural da Bordeira, um milhão, o Sr. Presidente recorde-lhe, que é necessário executar até ao final deste ano. O que ainda não aconteceu! Portanto, por favor, não deixe essa sua inércia fazer com que os municípios farenses saiam mal deste quadro.

E, posto visto, Sr. Presidente, mais lhe dizemos e exortamos, a que efetivamente, execute. Já sabemos que não será no seu mandato, mas faça-o, Sr. Presidente. Muito obrigado.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – Obrigado, Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento o Sr. Presidente da Câmara, Sr^{as}. Vereadoras, Srs. Vereadores, oa membros da Assembleia Municipal.

Há aqui uma questão política e uma questão técnica. O PS, na voz da minha camarada, disse que ia votar a favor do documento. Porque nós



somos um partido responsável. Volto a repetir, nós somos um partido responsável. Não temos a mesma postura que a bancada do PSD teve no passado, em relação às obras estruturantes que eu tenho aqui uma lista enorme, em que votaram uma grande parte delas contra.

Sr. Presidente, qual é a despesa de investimento prevista no orçamento para 2023? Segundo a lei, o empréstimo não pode ultrapassar 10% desse investimento. Eu tenho aqui um parecer da CCDR Norte que obriga, mas não vou por esse caminho, porque nós temos que ter cuidado nesta Assembleia Municipal, quer os Vereadores, quer os membros da Assembleia Municipal temos grandes responsabilidades e temos penalizações que existem na lei. Mas não vou por esse caminho. Essa é a primeira questão que eu queria perguntar ao Sr. Presidente em relação às despesas de investimento previstas para o 2023.

A segunda questão é: neste pedido é necessário ter uma maioria simples ou uma maioria qualificada?

A grande questão que eu queria aqui colocar, é que estes projetos, temos uma capacidade de endividamento, com mais de 16 milhões à volta dos 30 milhões pelas minhas contas, não vou agora aqui discutir, o momento não é o ideal, acho que é muito mais de despesas a longo e a médio prazo, mas, dou de barato, anda à volta dos 35 milhões, pelos meus cálculos. Mas eu também posso estar enganado.

Mas antes de terminar, se o Sr. Presidente da Assembleia Municipal me permite, eu queria aqui me redimir em relação à intervenção que eu fiz na última Assembleia Municipal, em relação a uma situação que houve comigo e o deputado do Partido da Terra, Sr. Mestre. Que é dizer que, de facto, foi corrigido, está a funcionar bem e nada tenho a apontar em relação àquilo que foi feito. Queria também, aqui, deixar um voto e tenho estado a apreciar o trabalho que o Clube de Surf tem vindo a desenvolver com os jovens e, portanto, só tenho a louvar. Tenho dito.»

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) – «Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. vereadores, estimado público, a todos boa tarde.



Relativamente a este ponto de ordem de trabalhos, e ainda um bocadinho à boleia daquilo que o colega da CDU aqui nos disse, talvez concordando em parte com aquilo que referiu, relativamente a um razoável atraso na execução, talvez sim, mas discordando em absoluto na sumptuosidade na apresentação. Pelo menos a mim, faltou-me os foguetes, as tendas alugadas, os croquetes, enfim, aquilo que é muito habitual nos executivos socialistas, mas que aqui, de facto, eu não vi. Mas sim, se calhar dizer finalmente, em boa hora, estamos a apresentar ou a dar sinais visíveis para as pessoas relativamente ao cumprimento daquilo que são compromissos deste executivo e são compromissos desta maioria que se veio renovando. E de facto, se há coisa que não se pode dizer, é que se desconhecesse que este executivo, que esta maioria, que estas pessoas que governam o concelho nos últimos anos quisessem fazer isto. De facto, a vontade foi tornada pública, e relativamente ao prazo, para os crentes, costuma-se dizer “Deus quer, o homem sonha, a obra acontece”. Às vezes, com alguns políticos, Deus ainda não quis e já está gasto dinheiro, neste caso, há prazos, há passos a dar, de facto, é importante perceber que são catorze anos de presença do Partido Social Democrata no executivo, mas são catorze anos com muitos diferentes tempos.

Aliás, falava-se no PAEL, o PAEL não apareceu por acaso, esse PAEL tem um histórico, tem um contexto, é até caricato e constrangedor falarem nisso, porque graças a esse PAEL era impossível ter feito esta obra nessa altura, era inviável, e esse PAEL surge não de despesa realizada pelo PSD. E, portanto, sim, finalmente agora, se calhar, de facto, não vai ser seguramente na vigência deste executivo municipal, que vamos ver a obra a acontecer, mas se se sabia que estas pessoas queriam fazer isto, sabia-se, os eleitores votaram nisto, votaram nesses projetos, era isto que queriam que acontecesse, portanto, não é surpresa e apenas estamos a fazer aquilo que nos comprometemos a fazer.

A nota que o Sr. Presidente aqui deixou, de que facto, o financiamento não significará 16,8 milhões de endividamento, provavelmente, em pico, não apenas pelas amortizações, mas sobretudo pelas possibilidades que existam de recorrer a financiamento comunitário que possam permitir não utilizar no seu montante total estes limites, e, portanto, penso que isso é



perfeitamente perceptível. Também dizer, e o Sr. Presidente não falou deste modo, mas para quem conhece a técnica de execução orçamental na administração pública, infelizmente é mais fácil pedir um empréstimo bancário para poder financiar uma obra do que gastar o dinheiro do orçamento das entidades públicas. Isto às vezes pode parecer um bocadinho estranho, mas a verdade é essa, é um bocadinho bizarro, mas é mais fácil, por um lado, apresentar ao Tribunal de Contas a previsão de receita e explicando que a receita vem de um financiamento externo e, por outro, de facto, transitar de ano com o financiamento com origem em empréstimo bancário do que propriamente em fundos próprios da Câmara. Por muito bizarro que isto seja e por muito estranho que seja transitarmos de ano com saldos de gerência elevados, que, em teoria, deveriam não necessitar, em muitas situações, recorrer a empréstimos bancários.

E depois sim, de facto, são obras estruturantes, concordamos, saudamos o PS por votar a favor da viabilização destas obras estruturantes, elas vão ficar, de facto, julgo que daqui a dez anos, todos concordarão e serão obras perfeitamente pacíficas para a população, como hoje é o Mercado Municipal, como é em Lisboa, o Centro Cultural do Belém, como é a Ponte Vasco da Gama, como são obras que, de facto, geram polémica e geram discussão e bem, mas daqui a dez anos vamos ter uma cidade com uma frente ribeirinha diferente, com uma sala de visitas para quem nos visita diferente e eu acho que são obras que vão ser consensuais. Se são as prioridades ou não de todas as forças políticas, com certeza não serão, estas prioridades para nós são claras, foram apresentadas, não há nada escondido, sobretudo não há nada de diferente daquilo que já se vinha anunciando. Portanto, saudar o ser possível agora, há aqui muitos pareceres pedidos, há muitos projetos por detrás, era este o momento em que era necessário garantir a origem do financiamento para poder viabilizar junto ao Tribunal de Contas, passar para a fase dos processos concursais e, portanto, agora é que foi possível, demorou, mas em boa hora aqui estamos. Disse.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – Mais uma vez, boa noite. Só para agradecer os elogios e a correção do membro Carlos Alberto e desde



já fazer também um pedido de desculpa pela forma mais efusiva que me dirigi a ele na última Assembleia Municipal. Obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente. Relativamente ao que o membro António Mendonça referiu. Há atrasos nas obras, dois ou três meses, não há atrasos na execução. Nós aprovamos aqui a incorporação de saldo em fevereiro, ou março, e neste momento, tenho dois ou três contratos assinados e estamos em final de julho, portanto passaram cinco meses e estou a falar das obras, o resto anda aí, todos esses procedimentos estão a decorrer. Vamos ter tudo aquilo que estava no orçamento em execução em setembro, já fico satisfeito, outubro, novembro e dezembro, este é o ciclo.

Se alguns dos senhores... e isso também já foi aqui dito assim: execute e mais não sei o quê. Mas alguém acredita que eu não gostava de ter o Coreto arranjado há dois anos? Espero que ninguém acredite nisso! Só que isto tem os seus timings! Quando eu trago isto agora, ainda bem que é o meu último mandato. Ainda bem, porque os senhores estavam aqui com os dedos todos apontados, campanha, está em campanha! Não, estou em campanha desde 2009, sempre disse isso. Bom, mas se eu trouxe isto aqui hoje, provavelmente o PS não ia votar a favor, porque estava em campanha e ia usar esse argumento, mas a vida é assim, meus senhores. Ou vocês acham que eu me vou embora, deixo estas obras começadas, outras para começar, e não ficaria muito mais contente se as tivesse inaugurado? Espero que não acredite nisso, porque se acreditarem nisso, acreditam porque estou doido.

Agora, eu dei-lhes aqui um pequeno exemplo. Isto está a vir aqui hoje, vamos levar mais seis, sete meses se tudo correr bem, até termos o visto ao empréstimo. Depois vamos levar mais seis, sete meses, dez meses aquilo que for, para o concurso para a empreitada. E isso se correr tudo bem. E depois, vamos ter dois anos de obra, na maior parte delas, se correr tudo bem também. Mas digam-me lá uma coisa: mas algum dos senhores consegue, se souber, digam-me, conseguem cortar estes prazos? Isto é a Administração Pública! Eu podia ter 70 ou 80 milhões no banco, tinha que fazer isto se quisesse, porque eu só posso gerir o orçamento



deste ano. Agora, isto não tem impacto nenhum no orçamento deste ano. Vai ter impacto em 2024 ou 2025. Eu não tenho orçamento de 2025 para gerir, nem de 2024, não foi aprovado! E portanto, isto é mesmo assim, a gente tem que jogar com as armas que tem.

Bom, depois, sobre o que o membro Manuel Mestre disse, a rotunda do Patacão e do Sumol, aquilo não é uma via nossa, é uma via nacional, não somos nós que fazemos essa intervenção. Esta de Marchil fica mesmo no limite e portanto um pouco mais para lá, já não é nossa, já não poderíamos fazer. Mas também dizer que eu recordo-me que houve uma intervenção das Estradas de Portugal no Patacão e ali não resulta rotunda. Porque as rotundas resultam quando, vamos supor que ela tem quatro braços, o fluxo dos braços é mais ou menos homogêneo. Ora, ali 80% do tráfego faz-se Faro-Loulé e portanto, se aquilo tivesse uma rotunda, dos lados, ninguém entrava. E este é o problema da rotunda. As rotundas são boas quando há mais ou menos homogeneidade dos fluxos da entrada e da saída. Mas pronto, só para dar esta nota.

Sobre o passadiço do Parque Ribeirinho/Praia de Faro, nós começamos a pensar nisso no primeiro mandato e desistimos da ideia, mas no futuro podem-no não fazer. Mas sabem porquê? Pelas condicionantes. Vocês sabem porquê que a ciclovia, se nós formos daqui de bicicleta, vamos pelo caminho das avestruzes, quando chegamos ao aeroporto, fizemos a ciclovia direito ao Vale das Almas, rotunda do Caranguejo e para praia. Não era aí que estava previsto. Estava previsto virar à esquerda, passar por detrás do aeroporto e ir lá por trás. Aliás, aquela estrada que vem ali do parque de estacionamento exterior, tem lá um bocado. Era por aí que sempre esteve previsto. Então porque é que nós mudamos? Só para dizer que mudamos, fomos nós que mudamos! Porque o aeroporto deu parecer negativo e não deixou fazer quando passa por trás do aeroporto por causa do cone dos aviões. Agora a gente argumentou, fez tudo e o parecer é negativo. E portanto tivemos que alterar ou não fazíamos, estas são as condicionantes. Quando vier outro Presidente que tente fazer isso, convencer à ANA eu fico satisfeito. Depois o membro Paulo Baptista fala em alcatrão. Realmente é, mas repare a ECOVIA não tem alcatrão nenhum, a infraestrutura Portuária, não tem alcatrão nenhum. O eixo



central, eu mostrei aqui uma coisa muito insípida, aqueles carros vão desaparecer dali, vamos ter mais árvores, mais verde por aí fora. A rotunda é uma rotunda. E portanto só para deixar esta nota.

Depois fico sempre deliciado, a bancada do PS, dá os parabéns ao Sr. Presidente por estas quatro obras, eu espero que o PS faça um comunicado sobre isto eu fivava muito satisfeito, mas a seguir, borra logo a opa como se diz. Estes 16 milhões fazem-me lembrar o PAEL! Vocês têm que estar calados com isso, desculpe lá! O que é que foi o PAEL? Eu vou acabar o mandato daqui a dois anos. Vou deixar muitas obras a serem feitas e muitos projetos. Já agora vou falar em 2009, que eu não falaria. Quando nós chegamos em 2009, tínhamos caixotes de faturas, tínhamos dívidas, zero projetos feitos. Antes pelo contrário, tinham feito o campo de futebol da Culatra, inaugurado em julho de 2009, cujo contrato para fazer aquilo assinei em novembro e pagamos depois. Era isto que a gente tinha.

Portanto o PAEL, que compara com estes 16 milhões, serviu para quê? Não serviu para obras, serviu para a gente pagar faturas que os senhores do PS cá deixaram. E, portanto, se isto não é verdade, digam. A primeira coisa que nós fizemos na Assembleia Municipal em 2009, em novembro, foi trazer aqui uma revisão ao orçamento para meter 3.5 milhões de faturas que estavam ali em caixas e que não estavam cabimentadas. E já agora digo-vos uma coisa, nunca mandamos isto ao Ministério Público.

Bom, depois, não são as opções do PS, é evidente, nem seriam, se estivesse aqui outra pessoa que não fosse o Bacalhau, mesmo sendo do PSD, escolheria outras coisas. Bom, 14 anos depois, 2 anos ao fim do mandato, não me preocupo nada com isso. Não estou a hipotecar o futuro, meus amigos. Isso foi o que o PS nos deixou em 2009. E já agora dizer, 9 de abril de 2017, é o dia dos meus anos, foi o dia em que eu recebi o visto do Tribunal Contas para pagar o PAEL e sair do Plano de Reequilíbrio. 9 de abril de 2017, com outro empréstimo como é evidente. Quem pagou isso tudo não foi nem o PSD, nem o PS, nem ninguém, foram os munícipes, calma aí. 9 de abril de 2017, recebi eu, nunca mais me esqueço disso, o visto para pagarmos, sairmos do PAEL, deixarmos de ter o IMI no máximo, que foi culpa minha, que andei aqui a subir o IMI e essas coisas todas. E portanto, não estamos a hipotecar o futuro. Se me



dizem isto, eu respondo: o futuro esteve hipotecado em 2009, quando a gente o recebeu, levámos de 2009 até 9 de abril de 2017 para o desipotocar. E hoje temos de endividamento médio-longo prazo, 13.3 milhões. E portanto, podem dizer o que quiserem, mas isto são factos.

Havia dinheiro no PAEL e que a gente deitou fora! Claro! Mas se eu não tinha projetos! Quando se faz aquilo que se está a fazer agora, que é programar o PO 20/30, a gente mete lá coisas, porque se eu só agora é que tive projetos feitos. Eu sei que me vai falar aqui nos percursos acessíveis, que ficaram prontos há um ano e tal. Podia ter lançado, é verdade, fazia e tinha ido buscar algum. E portanto, eu assumo isso não tenho problema nenhum.

Bom, continuemos. Não se preocupe, porque o que está aqui é legal. Eu expliquei, o endividamento, o que está aí a falar é uma outra regra, que não tem a ver com esta questão, a votação aqui é votação simples. Tenho a impressão, mas tenho que ver isso. Quando vier o contrato de empréstimo é que eu acho que a votação é qualificada, mas na altura direi. Muito obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, reitero os meus cumprimentos.

Sr. Presidente, eu tenho, pelo membro Tiago Botelho, a maior estima e seriedade intelectual. E aquilo que ia dizer é que se a bancada PSD quer voltar a discutir o PAEL, eu não tenho problemas nenhuns e a bancada do PS discute o PAEL as vezes que forem necessárias.

Mas, assim, tenho mesmo agora que lhe dizer, Sr. Presidente, quando fala de um mandato de 4 anos, do Sr. Presidente, ex-Presidente da Câmara, José Apolinário, devia ter um pouco mais de cautela quando o faz. Porque é falta de seriedade política e intelectual, achar que a dívida, quando assume a Câmara em 2009, se limitou a um mandato do Dr. José Apolinário. É falta de seriedade intelectual e política da sua parte, talvez porque nessa altura não estivesse na política ainda. Eu quero acreditar que sim. Porque talvez seja importante referir, não apenas a si, mas a toda a gente que aqui está, que foi no mandato do Dr. José Apolinário, que se consolidaram todos os trabalhos a mais de obras absolutamente



estruturantes para esta cidade. Querem exemplos? Eu dou-vos três e digam-me se é ou não é estruturante. Teatro, Mercado e Pavilhão Municipal, só para lhe dizer três, Sr. Presidente. Foi nesta altura que se consolidaram as obras, os trabalhos a mais, mas eu vou ainda mais longe consigo, Sr. Presidente. Quero contar a todos os membros que aqui estão e a quem está ali sentado qual foi o valor dos trabalhos a mais pedidos pelo ex-Presidente da Câmara Vitorino para o Mercado Municipal? Quer falar sobre isso? Sr. Presidente, se nós devíamos estar calados a falar sobre isto? Não, Sr. Presidente, é que devia ter de pensar duas vezes antes de nos atirar determinadas coisas em cara, Sr. Presidente. O Sr. Presidente devia ter vergonha da má gestão que foi feita pela AmbiFaro neste seu mandato. O Sr. Presidente devia ter vergonha de nos dizer algumas coisas que aqui nos diz. Quer saber quais também? Quer saber uma? Quando me diz, eu não tinha projetos para executar. Então também tem zero projetos feitos, imagino, em 14 anos. É isso, Sr. Presidente?

Eu vou lhe explicar uma coisa. Quando diz que tem zero projetos feitos, está-se a referir a quê? À requalificação da Vila a Dentro e do Largo Afonso III, foi submetido em 2018 e que o Sr. Presidente não foi lá buscar o dinheiro. Quer explicar isto? Por que é que não foi lá buscar o dinheiro, Sr. Presidente? Candidata em 2018, Sr. Presidente e está-me a dizer que não tinha projetos! Que o Sr. Presidente queira atirar a areia para os olhos das pessoas que aqui estão atire, mas faça-o com seriedade, não atire palavras soltas e clichês.

Não há atrasos na execução, muito bem. Porque não há nada! Porque este quilómetro cultural foi apresentado quando? 2021, setembro de 2021, de 7 de setembro de 2021, para ser mais precisa. Quilómetro cultural. Não há polpa, não conhece a distribuição de rissóis, o membro Tiago Botelho, não conhece a distribuição de rissóis. Então olhe, só para dar-se um exemplo, que até saiu na comunicação social, com as boas notas de imprensa do Sr. Presidente da Câmara e do executivo.

Olhe ali, só olharmos ali um bocadinho mais para o Fundo da Rua, Fábrica da Cerveja, já viu a pompa e circunstância com que foi anunciado? Mas é natural que o Sr. Deputado Tiago Botelho não conheça com a pompa e circunstância, porque os convites que são encaminhados



devem ir exatamente para a mesma caixa de correio que vão os convites encaminhados para os vereadores do Partido Socialista, no âmbito das várias obras camarárias, das várias festas que são feitas, deve ir exatamente para a mesma caixa de e-mail.

Só para lhe dar como exemplo, nunca mandou para o Ministério Público as caixas? Sabe quantas caixas tinha o PS quando lá foi do mandato do ex-Presidente da Câmara Vitorino? Não sabe, pois não. Já perguntou? Já quis perguntar? Não quis saber, pois não? Mas eu sei, a bancada do Partido Socialista sabe. E o Sr. Presidente acabou de assumir aqui que nunca mandou para o Ministério Público e teve a noção que foi cometido um crime, então o Sr. Presidente está em falha para com os munícipes farenses e com o município e não cumpriu devidamente a sua função como Presidente da Câmara. E que as suas palavras tenham eco e as minhas também. Porque há determinadas coisas como responsável político que o Sr. Presidente é, que não pode afirmar da forma como afirma. Disse.»

Presidente da Câmara Municipal – «Olhe, eu queria dizer que nunca referi o nome do Presidente Apolinário, porque tenho muito respeito e consideração por ele. Isso não quer dizer que, para mim, aquilo que ele fez, estava tudo certo. Da mesma forma que o Cristóvão Norte tem muita consideração por mim, e nem sempre concorda comigo.

Mas já agora digo-lhe uma coisa, eu nunca disse que a dívida do final do mandato 2009 era do Dr. José Apolinário. Nunca disse isso. O que eu disse é que havia uma dívida no final. Agora vamos aqui ser sérios. Eu, com esse discurso, podia estar aqui hoje com 10 vezes mais dívida do que aquela que apanhei. Desculpe, vinha do Dr. José Vitorino, como dizia, mas vamos lá ver uma coisa. Eu não estou aqui a jogar água para fora do capote. Eu sei, porque na altura não sabia, eu vim para aqui em 2009, nem sabia o que era uma Câmara, nem uma Assembleia Municipal. Mas eu já consultei Contas de Gerência de 2000, 2001 e por aí fora. E nós sabemos quando é que a dívida do município começou a aumentar. Começou a aumentar ligeiramente, controladíssima, não tenho problema a dizer isso com o Luís Coelho, porque fez algumas coisas e tal, mas estava



controlada. Como eu tenho neste momento a dívida controlada. Não tenho problema nenhum. Aumentou com o José Vitorino. É verdade. Basta a gente ver os documentos. Por isso eu não posso dizer o contrário. E aumentou com o José Apolinário.

Mas vamos lá ver uma coisa. Se queremos discutir isso, eu não quero! E isso já foi eleições. Já não sei o quê, só serve para a gente aqui dizer que falamos mais do que os outros, mais nada.

Mas lá ver uma coisa, com esse argumento em 2017 eu também não tinha feito nada daquilo. Eu ia dizer isto é dívida de trás e fazia mais. A questão é essa. Eu sou responsável desde que estou aqui de tudo o que acontece.

Já agora, trabalhos a mais do Teatro? Mas quem acabou de pagar o Teatro fomos nós. Trabalhos a mais do Mercado? Ainda lá temos a dívida toda. Quando a gente chegou tinha 12 milhões, neste momento 8 milhões e tal. Consolidar a dívida também eu sou capaz de fazer. No Pavilhão Municipal quando a gente chegou tinha a obra parada, tivemos que meter o Tribunal naquilo. Recuperar a obra. Fazer novas coisas. Mas o que é que fizeram no Pavilhão? Se aquilo... desculpem, eu acabei de receber, em janeiro, uma ação metida pela ABIPRO, que era a empresa que começou e depois abandonou aquilo e não sei o quê, que pedia 1.8 milhões de euros de indemnização. Bom, temos que pagar 120 mil. Só há uma coisa aqui que eu... É que temos que pagar com juros 14 anos e a culpa é do Tribunal. Portanto, mas qual Pavilhão?

Desculpem lá. Quem fez... E não quero lá o meu nome nem é nada disso. Mas quem fez o Pavilhão foi o Eng.º Macário.

Depois, algum dos senhores sabe o que é o quilómetro cultural? Estava aqui a falar no quilómetro cultural que a gente apresentou e tal. Mas alguém sabe o que é o quilómetro cultural? É que falaram aqui, mas alguém sabe o que é?

Eu vou-vos explicar. O quilómetro cultural começa no Parque Ribeirinho, temos o projeto feito para entregar às Infraestruturas de Portugal. Está feito. Depois tem a requalificação da estrada, está o projeto a concluir-se e só pode ser feito depois do Porto de Recreio. Tem o Porto de Recreio. Tem o Armazém da REFER., que já sabemos o que queremos e vamos agora



lançar o concurso para o projeto. Tem a Fábrica da Cerveja. O que é que a gente apresentou da Fábrica da Cerveja? Apresentamos a ideia que vamos ter para aquilo. Está neste momento a ser feito o projeto para concretizar essa ideia.

Portanto, não há atraso nenhum. Houve foi muito tempo para mastigar e para saber aquilo que vamos fazer. Porque sobre da Fábrica da Cerveja deve haver para aí mil e uma ideias sobre aquilo.

Portanto estou tranquilo, já percebi que o PS, se no próximo mandato estivesse cá, ia dizer que estas obras todas eram deles. Porque já disseram que o mandato do Macário era meu, portanto, já estão a preparar o terreno. Já percebemos isso. Mas, oiça, a mim é irrelevante. Não tenho problema nenhum entre aquilo que vai começar a acontecer agora e o que vai acabar no próximo mandato. Quem estiver cá, que tenha muita saúde, que consiga não ter muita angústia com esses prazos todos. Porque o resto, eu já tenho o meu trajeto mais ou menos concluído.

Só pedia que vissem uma coisa, aliás, o Paulo Baptista, acho que foi quem falou nisso, de discussão à volta disso e não sei o quê. Leiam se encontrarem as 100 medidas que apresentamos na última campanha. E tudo isto está lá. Tudo isto, está o Eixo Central, está a Frente Ribeirinha, está à Terceira Circular, está ao Canil, estão essas coisas todas, a Mata, está a Alameda, tudo isto está lá. E aquilo que estamos neste momento a fazer e a elaborar por projetos, também está lá. É a minha Bíblia. E portanto, nesse campo, nunca enganei ninguém. Obrigado.»

Não havendo mais intervenções passou-se à votação da referida proposta, sendo a mesma votada ponto a ponto.

VOTAÇÃO

PONTO 1

Votos Contra – 00

Abstenções – 05 (03CDU;01BE;01PAN)

Votos a favor – 26 (10PSD;02CDS;01CH;01IL;01MPT;10PS)

PONTO 2



Assembleia Municipal de Faro
27/07/2023

Ata nº. 33

Votos Contra – 00

Abstenções – 05 (03CDU;01BE;01PAN)

Votos a favor – 26 (10PSD;02CDS;01CH;01IL;01MPT;10PS)

PONTO 3

Votos Contra – 00

Abstenções – 05 (03CDU;01BE;01PAN)

Votos a favor – 26 (10PSD;02CDS;01CH;01IL;01MPT;10PS)

Face ao resultado obtido nas votações, esta proposta foi aprovada por maioria, com a seguinte deliberação:

“DELIBERAÇÃO

Aos vinte sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na “**Proposta n.º 253/2023/CM – Alteração modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa N.º 3 (Revisão) Investimentos a realizar com recurso à contratação de empréstimo de médio e longo prazo**”, conforme exposto no ofício n.º 6317, de 12/07/2023, da Câmara Municipal de Faro, **designadamente:**

1. Submeter a revogação da Assembleia Municipal as deliberações tomadas sob a Proposta n.º 68/2023/CM, referente a investimentos a realizar com recurso à contratação de empréstimo de médio e longo prazo;

2. Submeter à Assembleia Municipal a 3.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) de 2023, por inscrição de novos projetos no Plano Plurianual de Investimentos, de acordo com os mapas anexos à presente proposta e que dela fazem parte integrante, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

3. Submeter à discussão e à autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para cumprimento do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, a realização, através do recurso a empréstimo de médio e longo prazo, os seguintes investimentos:

✓ Requalificação do Eixo Central da Baixa de Faro, estimado em 3.300.000€, (três milhões e trezentos mil euros);



- ✓ Extensão da Infraestrutura Portuária na Porta Nova, estimado em 8.500.000€ (oito milhões e quinhentos mil euros);
- ✓ Rotunda nas Pontes de Marchil, estimado em 2.400.000€ (dois milhões e quatrocentos mil euros);
- ✓ Ecovia do litoral na ligação Faro-Olhão, estimado em 2.220.000€ (dois milhões duzentos e vinte mil euros);

Ficando a deliberação da Assembleia Municipal, referente ao ponto 2, condicionada ao cumprimento do disposto da alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (margem disponível para endividamento) na data de abertura do procedimento contratual de consulta à banca.

Posto este assunto à votação, ponto a ponto, obtiveram-se os seguintes resultados:

Ponto 1	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Contra											00
Abstenções								03	01	01	05
Favor	10	02	01	01	01	01	10				26

Ponto 2	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Contra											00
Abstenções								03	01	01	05
Favor	10	02	01	01	01	01	10				26

Ponto 3	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Contra											00
Abstenções								03	01	01	05
Favor	10	02	01	01	01	01	10				26

Face aos resultados obtidos nas votações, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, o solicitado na Proposta nº 253/2023/Câmara Municipal

Declaração de Voto: Tatiana Homem de Gouveia (PS) “

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Declaração de voto –
Proposta nº 253/2023/CM**



Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa N° 3 (Revisão)
– Investimentos a realizar com recurso à contratação de empréstimo de
médio e longo prazo

No âmbito da proposta supra identificada, vem a bancada municipal do Partido Socialista com assento na Assembleia Municipal de Faro, votar favoravelmente porquanto defendemos os seguintes argumentos:

O Partido Socialista é um partido responsável e que sempre se posicionará ao lado do investimento que se mostra necessário e importante para o desenvolvimento urbano, do fortalecimento do tecido empresarial e turístico da cidade e, sobretudo, das necessidades da população e logo concordará com a promoção de infraestruturas e obras estruturantes no nosso concelho que se mostrem fundamentais e constituam uma mais-valia para o bem-estar dos munícipes.

Na senda desta argumentação não colocamos em questão a premência das obras que nos são apresentadas na presente proposta, algumas das quais, aliás, sempre nos batemos para que fossem uma realidade. Afirmamos contudo, que estas obras não constituiriam, todas elas, uma prioridade para nós. Na verdade, entendemos que é urgente investir na nossa frente ribeirinha, é urgente permitir que a cidade, munícipes e quem nos visita usufrua, com qualidade, daquilo que de melhor e mais bonito temos: a Ria Formosa.

Contudo, não deixamos de mostrar preocupação em aprovar um empréstimo de valor de 16 milhões. Não apenas por se tratar um montante muito próximo do limite de endividimento legalmente permitido, (aproximadamente 17 milhões) mas como entendemos, passar, enquanto sociedade, um momento particularmente sensível, com uma guerra que tem lugar na Europa e cujas consequências nefastas se fazem sentir de forma dura na população. Pelo que seria recomendável que a Câmara Municipal agisse com prudência na opção que ela toma.

Sempre diremos ainda que contrair um empréstimo de 16 milhões de euros, a dois anos do fim e último mandato do atual Edil de Faro, após dez anos como Presidente da Câmara e, antes destes, quatro na qualidade Vice-Presidente, demonstra o espírito, pouco empreendedor e pouco



reformista como levou o cabo, conjuntamente com seu executivo, os seus mandatos. E assim, pretende agora, volvidos que estão catorze anos sobre este executivo PSD/CDS, condicionar e onerar aquelas que poderão vir a ser as opções políticas de um futuro executivo que seguramente tomará posse daqui a dois anos.

Por outro lado, exortamos o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Faro a fazer o que não tem feito ao longo dos seus mandatos: recorra aos fundos europeus, que estão à disposição da autarquia para estas obras - como é o caso da Ecovia do Litoral. E sobre esta matéria fazemos nossas as douradas palavras da vereação do Partido Socialista:

“Consideramos que o percurso da autarquia de Faro para encontrar viabilidade financeira para obras estruturantes tão importantes para Faro deveria passar pela candidatura aos fundos europeus. Estes são um conjunto de recursos financeiros disponibilizados pela União Europeia (EU) para apoiar o desenvolvimento económico, social e territorial dos seus Estados-Membros. Esses fundos visam a realização de projetos e iniciativas que contribuam para o crescimento sustentável, a criação de emprego, a coesão social e a melhoria das infraestruturas em toda a União Europeia. A autarquia de Faro ainda tem, no presente, oportunidade de beneficiar dos fundos europeus através dos diversos programas operacionais e instrumentos de financiamento disponibilizados pela UE.”

Por fim, afirmamos que o mais importante, independentemente das considerações aqui tecidas, é que a obra nasça e, com a obra se promova o desenvolvimento social, económico e cultural da cidade – a bem dos farenses. Reitramos: senhor presidente faça, execute.

Muito obrigada, Sr. Presidente.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Vamos passar ao ponto 2. Apreciação e deliberação a respeito da atribuição de medalhas ao abrigo do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Faro, proposta 249/2023, da autoria da Câmara Municipal.»

PONTO N.º 2



Apreciação e deliberação acerca da atribuição de medalhas ao abrigo do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Faro – Proposta n.º 249/2023/CM.

Presidente da Assembleia Municipal – «Peço a vossa atenção, os boletins de voto vão ser distribuídos. Eu não sei se se travará algum debate ou não, mas quem os for preenchendo, eles podem desde já ser recolhidos para agilizarmos o processo. Muito obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal – «Só dizer que temos uma nova proposta para completar aquela que veio à última Assembleia com a atribuição ao Dr. Joaquim Carvalho Afonso, a título póstumo, também ao José Manuel Ribeirinho Alves da Cunha e ao Grupo Gião. Muito obrigado.»

O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – «Eu queria fazer uma intervenção muito breve, considerando a minha proximidade longa...

Presidente da Assembleia – «Dirija-se à Mesa, por favor.»

O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – «Desculpe, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, na pessoa de vossas excelências, cumprimento todos os presentes.

A minha intervenção é breve. A minha proximidade a um dos homenageados e pelas propostas que estão ali escritas, refiro concretamente ao Dr. Carvalho Afonso, o seu a seu dono. O Dr. Rogério Bacalhau, em 2021, na Assembleia Municipal de Faro, contribuiu decisivamente para a homenagem que lhe foi feita. Depois por proposta da Comissão de Troponímia, o Rogério Bacalhau veio a conceder-lhe o nome a uma praça na cidade e agora confere-lhe a medalha grau ouro a título póstumo.

A família de Carvalho Afonso está-lhe inteiramente reconhecida, posso eu dizer isto. E quero demonstrar a minha total insatisfação com a bancada da minha frente porque realmente esqueceu-se de tudo isto que eu acabei de dizer. Este homem que eu já coloquei acima dos partidos, foi com dois sociais democratas, José Vitorino e Rosa Mendes, o construtor da Cidade Nacional da Cultura, quando Faro festejou nessa altura. Este é um dos



momentos mais altos da sua carreira a nível concelhio.

Lamento sinceramente que a bancada do PS, que os socialistas e que os seus vereadores nunca se tenham lembrado de fazer o que o Rogério Bacalhau fez por Carvalho Afonso e pela sua família. Muito obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado, Sr. Presidente. Pois em relação a este culto de personalidades, que é o que se trata, combatemos a iconoclastia instituída. Isto é uma aversão à importância de atos e ações de indivíduos e personalidades, em favor de não só da única instituição que é o Estado, a nível privado. Portanto, muitas personalidades são construtoras de uma cultura de importância regional e esta atribuição é fundamental, sobretudo para fomentar aquilo que eu já defendi aqui nesta Assembleia, que é a construção, não que seja um edifício, não precisa de ser um edifício nem de ter nomes, de um Panteão Regional do Algarve. Com um conjunto de figuras que foram marcantes para a cidade e também para o Algarve. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado.

Se não virem inconveniente, nós entramos desde já no ponto 3 e a Mesa procede à recolha e apuramento dos votos e anuncia o resultado. Não se manifestando ninguém em sentido oposto, faremos isso mesmo. Passemos ao ponto 3. Apreciação e deliberação a respeito da prestação de serviços para o transporte de alunos com necessidades específicas, repartição de encargos, Proposta 258/2023, da autoria da Câmara Municipal.»

PONTO N.º 3

Apreciação e deliberação acerca da prestação de serviços para transporte de alunos com necessidades específicas – Repartição de Encargos – Proposta n.º 258/2023/CM.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado. Esta proposta vem aqui porque estes procedimentos eram feitos pelo Agrupamento de Escolas João de Deus, até o ano passado. Na prática o que estamos aqui a contratar é um transporte quase individual. Estamos a falar de uma dúzia de miúdos, da Unidade de Surdos, que são transportados para a Unidade



que funciona na EB1 da Penha. Temos miúdos desde Aljezur para o Algarve todo. E é preciso ir buscar-los de manhã e levá-los à tarde. É evidente que um aluno que vem de Aljezur não tem transporte público para estar aqui às 8h30 e 9h00 e para depois regressar a casa. E não é só de Aljezur, temos de Lagos, são uma dúzia espalhados pelo Algarve.

Este procedimento, que aliás tem vindo a aumentar de valor, era feito pelo Agrupamento de Escolas. Tendo em conta o montante e o tipo de procedimento que é preciso desenvolver, a escola pediu-nos para sermos nós a fazer. E, portanto, vamos nós fazer este concurso para o próximo ano, até este ano está garantido. Mas para isso, como nós transferíamos o dinheiro para o Agrupamento, não tínhamos isto em GOP e não tínhamos a Repartição de Encargos. E, portanto, o que vem aqui é a Repartição de Encargo destes valores, para podermos lançar o concurso e fazer os três meses, agora de setembro e depois de setembro até dezembro e depois do resto do ano lectivo e, no próximo ano, já contaremos com isso. Aliás, depois até, provavelmente, no próximo ano faremos um concurso de três anos e não só por um.

E, portanto, o que precisamos aqui é de colocar esta Repartição de Encargos no Orçamento e, como é Repartição de Encargos, a Assembleia é que tem competência para isso. Muito obrigado.»

Não havendo inscrições para a discussão do referido ponto, passou-se de imediato à votação.

Votação

Votos Contra – 00

Abstenções – 00

Voto a favor – 29

Face ao resultado obtido na votação, o referido ponto foi aprovado por maioria, com a seguinte deliberação:

“DELIBERAÇÃO

Aos vinte sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na “Proposta n.º 258/2023/CM – Prestação de serviços – Transporte de alunos com necessidades específicas”, e no ofício nº6315, de 12/07/2023, da Câmara



Municipal de Faro, para que a Assembleia Municipal delibere aprovar, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os encargos e a assunção do compromisso plurianual referente ao procedimento concursal para a prestação de serviços Transporte de alunos com necessidades específicas, no valor de 370.000€ (trezentos e setenta mil euros), em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com a seguinte repartição de encargos:

- ✓ 2023 – 140.000€
- ✓ 2024 – 230.000€

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH		MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Contra											00
Abstenções											00
Favor	10	02	01	01	-----	01	09	03	01	01	29

A Proposta n.º 258/2023/CM foi aprovada por unanimidade dos presentes.

Estavam ausentes: Tatiana Gouveia (PS) e Manuel Mestre (MPT).

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 4

Apreciação e deliberação acerca da reprogramação financeira para a construção de fogos habitacionais na Rua Ludovico Menezes; construção da Escola EB1J.I Afonso III; conclusão da Av.Mário Lyster Franco – Repartição de Encargos – Proposta n.º 259/2023/CM.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado.

Acrescentar aqui uma nota, se permitem. Estas verbas para o transporte escolar, são verbas da transferência de competências. Neste caso concreto, qualquer que seja o valor que nós gastemos, há um despacho próprio para isso, o Ministério transfere integralmente essa verba, se gastarmos mais ou menos.



Sobre o ponto quatro. Esta proposta vem aqui, aliás eu acho que já falei nisso na última Assembleia, tem a ver com a Avenida Mário Lyster Franco. Nós fizemos o concurso, assinámos o contrato, salvo erro em novembro, sei que foi no final do ano, mandámos para Visto do Tribunal de Contas, perguntas para aqui, perguntas para cá. Agora, o mês passado, eles vêm-nos alertar, nós já sabíamos, que a obra, salvo erro é uma obra para nove meses, nós tínhamos previsto gastá-la integralmente em 2023, só que estamos em julho e portanto, esses nove meses já vão sair do ano 2023 e nós tínhamos toda a verba alocada a 2023. E o Tribunal de Contas vem dizer, meus amigos, em nove meses vocês não fazem a obra em cinco meses, só tem dinheiro em 2023, não tem dinheiro em 2024.

E portanto, esta obra é com recurso a empréstimo, portanto não há aqui fundos próprios, é independente se está num lado ou no outro, o que estamos aqui a fazer é a dizer: bom, em 2023 vamos gastar quatro meses e os outros cinco serão em 2024 e tem essa Repartição de Encargos.

Eu penso que com a aprovação hoje desta Repartição de Encargos na próxima semana, poderemos comunicar ao Tribunal de Contas isso, durante o mês de julho, eventualmente, início de agosto, teremos o visto e esta obra poderá iniciar-se em setembro, são as contas que nós fazemos hoje.

Tendo em conta isto que o Tribunal de Contas nos disse, está neste momento em fase final para a assinatura do contrato dos fogos da habitação social na Rua Ludovico Menezes, vamos assinar o contrato provavelmente agora, não tem visto do Tribunal de Contas, aliás, isto é financiado pelo PRR, mas não é por isso, o financiamento PRR tem visto. A habitação social não precisa de ir a visto do Tribunal de Contas, depois eles farão inspeção se assim o entenderem. O que significa que se assinarmos agora, durante o período de verão, é possível que se possa fazer a consignação destes fogos em setembro. Mas, tendo em conta a chamada de atenção do Tribunal de Contas, vamos já adequar também a Repartição de Encargos dos fogos da habitação social para ficar logo certo, tendo em conta que deve iniciar-se agora.

Da mesma forma que na EB1JI Afonso III está neste momento também



para finalizar o procedimento e vamos assinar o contrato. Mas este ainda tem que ir a visto do Tribunal de Contas, o que significa mais uns meses. Tendo em conta isso, já fizemos aqui a reprogramação financeira, já que estamos a fazer para uma, fazemos logo para as três. Daí que nos fogos de habitação a reprogramação tem estes valores que aqui estão, na Afonso III também e, na Mário Lyster Franco também. No caso das escolas e dos fogos vai até 2025. Muito obrigado.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Obrigado Sr. Presidente.

Como é óbvio o Partido Socialista vai votar a favor desta proposta. Mas por coincidência, 2025 vai ser o ano ds grande bomba. Vai ser um ano de facto terrível. Aí vamos estar em plena campanha em 2025 com as obras que de facto durante o mandato de catorze anos, aqui estamos nós.

Portanto, Sr. Presidente, olhe só o saúdo de uma coisa, é que de facto você é um Presidente que deixa a obra em carteira. O que não aconteceu com nenhum Presidente de Câmara do PSD, que deixasse uma obra em carteira. E o senhor está de parabéns, que de facto deixa o mandato mas deixa obra em carteira. Tenho dito.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara.

Temos aqui o caso de atrasos nos investimentos, são vicissitudes do processo de investimento na Administração Pública, como aqui foi referido. Comentaria que são atrasos de certo modo convenientes. Falamos de cerca de 9 milhões de euros. Provavelmente vão ser executados em 2024-2025. Em 2025, é ano de eleições! É ano de eleições para todas as forças políticas, inclusive para o PSD.

O Presidente atual, candidatar-se ou não se candidatar, é apenas um dos aspectos do processo. O PSD vai se candidatar. O trabalho está a ser bem arquitetado pelo PSD.

Ou seja, nós vamos caminhar para 2024 e 2025 relativamente às obras em geral, com uma parte delas concluídas. Outra parte em conclusão e outra parte em lançamento. É eleitoralmente perfeito.



Agora, o facto de ser assim, e de ser conveniente que seja assim, não nos deve impedir de relativamente às características da gestão orçamental e da execução orçamental, deixarmos aqui algumas notas.

O Sr. Presidente está apostado em afirmar que o saldo de gerência vai baixar. Estamos aqui perante uma contradição! O saldo de gerência não baixa com atraso nas obras. O saldo de gerência não baixa com adiamentos nas obras. Mas aguardemos pelo milagre, aguardemos pela aceleração. Aqui estamos perante, claramente, uma desaceleração. E provavelmente vai haver outras.

Pelas vicissitudes do processo concreto de investimento na Administração Pública e não só. Obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal – «Só dar aqui uma nota sobre estes três investimentos.

A habitação social é PRR. Não entra no nosso endividamento e sendo habitação social, não vai ao visto do Tribunal de Contas e portanto, iniciar-se-á já.

A EB1JI Afonso III, tem financiamento bancário nosso, tal como a Avenida Mário Lyster Franco. A EB1 Afonso III, provavelmente estamos a fazer a candidatura, juntamente com as EB23 da requalificação, esta, em princípio, pelo que me diz, entrará financiamento do PO-20/30. E, portanto, destas três obras que aqui estão, só a Avenida Mário Lyster Franco, é que terá, em princípio, financiamento próprio, através de recurso bancário, mas financiamento próprio.

Espero inaugurar estas três. Muito obrigado.»

O membro da AM, João Carlos Brandão (BE) – «Posso só fazer uma pergunta? Pode ser defeito meu, mas estive a ver na proposta e na proposta diz que... (é só uma questão dos números que devem estar trocados, ou sou eu que não percebi). Diz que a construção de fogos é no valor 3.300 e tal euros. E diz que a construção escolar do ensino básico é 2.590, tem 3.072.

Se olharmos mais para a frente para a calendarização, o total dos fogos



habitação da rua é que dá cerca 3.000 euros, e a construção de escolar é que dá 3.300 euros. Deve haver troca nos números, não? Ou então eu percebi mal a proposta.

O primeiro - construção de fogos, valor total 3 milhões e 300 euros.

Se for ver mais abaixo, quando faz a calendarização, não dá 3 milhões e 300. Se for mais acima, outra vez, devem estar trocados os números em relação ao Edifício da Escola, diz que o valor é 3 milhões e 72, e os valores da escola, só em 2024, são 2 milhões e 900. Portanto, somado com os outros 200 e tal, e com os outros 50, ultrapassam os números. Portanto, da primeira parte não batem certo com os números à frente, na segunda parte. Estão trocados! Não podemos aprovar uma coisa trocada.»

Presidente da Assembleia Municipal – «O Sr. Presidente está a consultar a proposta, eu vou consultá-la também.»

Presidente da Câmara Municipal – « Eu pedia para passarmos à frente, vou ligar a Diretora Financeira, só para ver se há alguma discrepância, ou qual é a razão está bem?»

Presidente da Assembleia Municipal – «Aproveito para anunciar os resultados do ponto 2, informando todos os presentes, que as propostas relativas à atribuição da medalha de Mérito Grau Ouro, a Joaquim Carvalho Afonso, José Manuel Ribeirinho Alves da Cunha e Grupo Gião, foram todas aprovadas.»

Face ao resultado obtido na votação por escrutínio secreto, o referido ponto foi aprovado, com a seguinte deliberação:

“DELIBERAÇÃO

Aos vinte sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou, por escrutínio secreto, os nomes apresentados na **Proposta n.º 249/2023/CM** – Atribuição de medalhas ao abrigo do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Faro, conforme apresentado no ofício n.º 6314, de 12/07/2023, da Câmara Municipal de Faro.”



Assembleia Municipal de Faro
27/07/2023

Ata nº. 33

Após a contagem dos votos, obtiveram-se os seguintes resultados:

NOME	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	BRANCO	TOTAL
Dr. Joaquim Carvalho Afonso (Título póstumo)	29	02	-----	-----	31
Dr. José Manuel Ribeirinho Alves da Cunha	28	02	-----	01	31
Grupo Gião	24	03	04	-----	31

A Assembleia Municipal aprovou os nomes constantes da Proposta nº 249/2023/CM”

PONTO 5

Apreciação e deliberação acerca da afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 240,00m², no âmbito do processo de obras n.º 236/2021, em nome de I-Style Invest, Ld^a – Proposta n.º 260/2023/CM

Presidente da Câmara Municipal - «Como acabou de referir, na sequência da aprovação de um projeto de obra de construção de edifício, há uma doação de 240 metros quadrados, que já foi aceite pela Câmara. O que se propõe é que a Assembleia Municipal aceite integrar esses 240 m², que já são nossos, no domínio público municipal. Muito obrigado.

Não havendo inscrições para uso da palavra, foi este ponto posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Texto da deliberação:

“DELIBERAÇÃO

Aos vinte sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 260/2023/CM**, para afetar ao domínio público municipal uma parcela de terreno, com a área de 240,00m², no âmbito do processo de obras n.º 236/2021, em nome de I-Style Invest, Lda., conforme apresentado no ofício n.º 6312, de 12/07/2023, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:



	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Contra											00
Abstenções											00
Favor	10	02	01	01	01	01	10	03	01	01	31

A Proposta n.º 260/2023/CM foi aprovada por maioria.”

PONTO 6

Apreciação e deliberação acerca do Relatório Final da Comissão para identificação das áreas e competências a transferir para o Município de Faro, no domínio das áreas portuárias e marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetadas à atividade portuária, e minuta do protocolo – Proposta n.º 269/2023/CM;

Presidente da Câmara Municipal - « A proposta 269 versa sobre o processo de descentralização das áreas portuárias, neste caso, as áreas afetadas à administração dos portos de Sines e Algarve, sem utilidade portuária.

Foi pedido, em novembro de 2019, ao Sr. Ministro das Infraestruturas que, na sequência do decreto-lei que rege esta matéria, nomeasse uma comissão para estudar e propor a transferência de competências nesta área. Essa comissão foi nomeada, salvo erro, em janeiro deste ano. O decreto-lei diz que a comissão tem seis meses para fazer esse trabalho, fê-lo no prazo. A comissão era constituída por um elemento nosso, a Vereadora Sophie, pelo Presidente da APS, portanto, um elemento da APS, um elemento do Património de Estado, um elemento das Finanças e um elemento indicado pela Associação de Município, que, no nosso caso, é a minha colega Isilda Gomes, Presidente da Câmara de Portimão.

A comissão fez o seu trabalho, estudou a matéria e propõe que seja transferido para o município, neste caso, esta área que aqui está, que está referenciada aí nos documentos e no contrato que vai ser assinado; na prática, a zona, uma parte da Deserta, embora as praias estejam fora deste processo (as praias têm um outro diploma de transferência de competências e já estão connosco), mas aqui a praia da Deserta já era nossa, nós já tínhamos feito, inclusivamente, a concessão para, por



exemplo, os apoios de praia, mas há uma parte que não é praia propriamente e passa para nós, e depois aquela área que ali aparece [no mapa] mais escura, ali, um avermelhado, que é a área do núcleo do Farol, que tem jurisdição da administração dos Portos de Sines e Algarve.

Depois há ali uma zona habitacional, que é aquela parte lá mais em cima à direita [mapa], e que não pertence à APS, é considerado espaço de domínio público marítimo, afeto à Agência Portuguesa do Ambiente, à APA, e portanto, não entra neste processo.

Portanto, o que se propõe aqui é que aquele edificado que ali está, aquele património que ali está, as concessões que ali estão, passem a ser geridas pelo município e não pela APS. Há ali algumas edificações que são da APS e que são transferidas para nós. Há depois um conjunto de edificado que, não sendo propriedade da APS, estão em lotes que é da APS e que pagam uma licença anual e que passarão a pagar ao município.

Só uma chamada de atenção: o molhe, que é uma zona de utilidade portuária, ela que, de alguma forma, é o porto, essa zona não passa para a gestão do município e continua a pertencer à Administração dos Portos do Sul e Algarve.

Com a aprovação iremos assinar o contrato e depois... tal como já fizemos isso (é um outro diploma) com a Docapesca, estou a falar da doca, daquela zona ali, que assinámos agora há pouco tempo o contrato que tinha sido homologado. E, portanto, com a aprovação desta proposta, haverá lugar a uma assinatura entre o Presidente da Câmara e o Presidente da APS, que depois remeterão todo este processo para os três Ministros, o das Finanças, o das infraestruturas e o das Autarquias Locais, para homologação e, a partir daí, passarão integralmente estas competências para o município. Muito obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Goveia (PS) - «Sr. Presidente, agradeço dar-me a palavra.

Sr. Presidente, eu tenho uma dúvida, porque não percebi da explicação que apresentou. O que é que disse relativamente a um protocolo sobre a doca de recreio. Falou nisso? Eu tive a sensação que tinha dito alguma



coisa sobre isso...»

Presidente da Câmara Municipal - «O que disse é que este processo é idêntico àquele que foi desenvolvido com, na altura, o Sr. Ministro do Mar.

Salvo erro a data é 8 de novembro, mas não tenho... eu sei que é nesta altura. Nós enviámos dois ofícios. Um, ao Ministro do Mar para que nomeasse a Comissão para a transferência de competências das áreas marítimas na jurisdição da Docapesca. No mesmo dia, mandámos para o Ministro das Infraestruturas para a criação da Comissão para a definição da transferência de competências no domínio da APS.

No caso da Docapesca, isso foi logo feito. Em janeiro de 2020, o Sr. Ministro do Mar, nomeou a Comissão; durante a pandemia fez esse trabalho. Entretanto, nós assinámos, salvo erro, a 7 de setembro de 2020, esse acordo e foi para a homologação. Esteve até este ano para a homologação. Foi homologado.

Entretanto, houve um problema com os três trabalhadores que deviam passar para nós, que meteram uma providência cautelar, isso ultrapassou-se, e agora há dois meses foi assinado.

Estamos a falar da doca de Faro, daquela zona por trás do Hotel Eva, da zona marítima, tudo isso que era a jurisdição da Docapesca, passou a ser para nós. Só para dar um exemplo, o Ginásio Clube Naval, que, entre aspas, era um “inquilino” da Docapesca, eles pagam mensalidade ou trimestral, nem sei bem, à Docapesca pela utilização da doca, que é propriedade da Docapesca, neste momento pagam ao município. E, portanto, essa área toda já passou para o município.

E aqui, era o que eu estava a dizer, é um processo semelhante.

Um era Docapesca, o outro era zona portuária, tem dois diplomas.»

O membro da AM, Vitor Cantinho (PPM) - «Esta proposta, que já não é a primeira e é ainda, penso que timidamente efetuada, carece de um plano regional. Portanto, acho eu que primeiramente temos que pensar a nível regional, o que é que se vai fazer à extensa Orla Marítima, que temos com graves problemas, sobretudo no nosso Concelho.



A transferência do domínio público para o municipal pode vir a gerar melhores competências, sobretudo para melhorar o planeamento e o urbanismo desses locais e para melhorar o ordenamento arquitetónico. Melhor que ninguém, é a própria Câmara que é mais responsável por aquele espaço. E, noutra situação, serão outras entidades que não têm nada, nem interesse nenhum, penso eu, que não têm interesse em desenvolver aquele espaço, porque não têm essa iniciativa.

O município passa assim a ter responsabilidade e a ser pressionado para ter iniciativa. Uma delas, eu acho escandaloso a pessoa não poder entrar no Porto Comercial. Eu quis visitar o Porto Comercial com o meu pai e não pude. Ele teve uma forte ligação ao Comércio Marítimo e deu-me pena que ele não pudesse entrar, e ele ficou ofendido porque não podia, como farenses, entrar no Porto Comercial. Felizmente, a seguir foi o Dia da Marinha e, bem haja, a possibilidade que tiveram todos os farenses para entrar nas naus que estavam ali no flanco da doca, onde antigamente se pescava.

Mas eu queria alertar para os terrenos do domínio público marítimo, que é aquela área da direita, e que fazem parte daquilo que eu tenho aqui defendido, que é a florestação das dunas todas e da orla marítima, sobretudo do cordão dunar, do Cabo de Santa Maria. É de uma importância vital. Eu não costumo utilizar as alterações climáticas, não acredito, eu penso que a natureza está feita para se equilibrar por si só, e isso pode ser explicado. E passando também esta parte do domínio público marítimo para o domínio municipal, com vista à sua arborização, vamos criar ali, penso eu, que é a única forma de segurarmos o cordão dunar, é com a reflorestação – eu digo reflorestação, porque a florestação já existiu, está registada na época árabe, eu já falei também nisso – e essa reflorestação vai obrigar a duna a subir em altura, vai alargar a praia e vai defender do mar e das intempéries, tudo aquilo que pode contribuir para a devastação que se adivinha se não se fizer nada, ou se se fizer só intervenções, como a gente está a ver ali do molhe, do porto de entrada comercial de Faro. Obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) - «Sr. Presidente, da explicação



que me deu, pergunto-lhe: a minuta com a Docapesca já foi submetida à Assembleia Municipal? Recorde-me porque posso eu estar...»

Presidente da Câmara Municipal - «No mandato anterior.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) - A bancada do Partido Socialista vai, evidentemente, votar a favor desta proposta e da assinatura deste protocolo. Há algo que caracteriza o Partido Socialista, porque sempre nos batemos pela gestão destas frentes ribeirinhas para as autarquias. Pelo que estas transferências que ora são feitas e que discutimos, são para nós profundamente importantes para o desenvolvimento e no caso concreto da cidade de Faro.

Por outro lado, aquilo que gostávamos de dizer é que, efetivamente, as transferências de algumas destas áreas foram feitas com investimento da administração central, como é o caso de que há pouco falava do Porto de Recreio. Foi a primeira vez que a Administração Central fez dragagens desde 96-97. Houve uma intervenção específica também na cidade, especificamente no Porto de Recreio, para assegurar as lajetas relativamente àquele Porto de Recreio que ali está.

E para nós, no que a esta matéria diz respeito, há algo muito importante. E se não diz respeito diretamente à situação das áreas do Farol, diz respeito à cidade de Faro e à forma como encaramos esta frente ribeirinha da nossa cidade, que é a doca exterior.

E gostávamos de fazer aqui este apelo e deixar aqui este repto. O projeto da doca exterior iniciou os seus trabalhos com o presidente da Câmara, ex-presidente da Câmara, Luís Coelho. Tem o seu grande desenvolvimento com o presidente da Câmara, José Vitorino. Naquela altura é submetida para a Declaração de Impacto Ambiental e é efetivamente aprovada. É aprovada em 2008 a Declaração de Impacto Ambiental e desde então tem sido sucessivamente prorrogada a Declaração de Impacto Ambiental. E se esta obra não começar, não for executada nos próximos 12 meses, a Declaração de Impacto Ambiental vai caducar e vamos ter de voltar a esperar muitos anos.

Mesmo aqui ao nosso lado, especificamente no município de Olhão, estão



a começar as obras da segunda fase – repito, segunda fase – que é a ampliação do Porto de Recreio. A segunda fase da ampliação do Porto de Recreio de Olhão, vai começar em outubro. Em Faro, ainda não começamos a primeira fase, pelo que quando falamos aqui da transferência destas áreas, é importante, mais uma vez, que se executem, porque temos exatamente um ano para que não caduque a Declaração de Impacto Ambiental.

E quando, no primeiro ponto desta discussão, estivemos todos a falar de algum atraso na discussão, que é claramente negada pelo Sr. Presidente da Câmara, conforme pudemos ouvir todos aqui no seu argumentário, eu pergunto: se em Olhão estão a desenvolver a segunda fase da ampliação do Porto de Recreio, quando é que Faro começa a primeira fase?

Porque desde 2008 que isto pode ser feito. Muito obrigada. »

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) - «Boa noite a todos.

Em primeiro lugar, gostava de dizer que este relatório – e depois, penso eu, o respectivo protocolo – faz história. Penso que é uma ambição já muito antiga de Faro, da autarquia em si, vir a executar algum ordenamento e alguma gestão na área que, efetivamente, nós temos ali proposta, que é a área do Farol.

Também queria acrescentar que a situação da primeira fase da doca exterior nada tem a ver com a matéria que está aqui a ser discutida, apesar de ser relevante, mas basicamente não tem mesmo nada a ver com este âmbito. E julgo que haverá procedimentos que estão a ser preparados, mas o Sr. Presidente irá esclarecer, provavelmente, que será lançada a concessão em tempo devido e que tudo será, em princípio, esperamos, resolvido.

Agora, quanto ao tema que está aqui em discussão, que é realmente o Farol, parece-me que é essa a questão fundamental, há uma série de questões que me parece que são importantes e até relevantes de podermos discutir e acho que daria muita matéria.

O que é que queremos daquela zona?

Como é que vamos gerir um conjunto edificado que já está obsoleto,



devoluto, mal conservado, porque lhe foram negadas sucessivas reabilitações, porque não lhe foram permitidas nem as reabilitações, nem as passagens, nem as transferências. Eu conheço mais ou menos bem essa zona, é uma zona que interessa preservar, é preciosa do ponto de vista da sua localização em plena Ria Formosa, tem que haver extremos cuidados para evitar a pressão urbanística sobre aquela zona. Portanto, resumindo, para além da consciência de que existe população, inclusive residente, naquela área (para além da flutuante há também população residente), convinha perceber qual é a nossa ambição, que este será o tema, qual é a nossa ambição para aquele local.

Da minha parte, ou do que eu poderia dar como contributo, efetivamente, eu sou apologista do planeamento, basicamente gostaria que houvesse uma decisão de elaboração ou de um plano de pormenor ou de um plano de intervenção, que se chamam projetos de intervenção e requalificação, que são projetos que estão dentro do espaço rural e não propriamente planos de pormenor para transformar solo rústico em solo urbano. Estamos a falar de modalidades que conseguem gerir as situações dentro das áreas que não estão classificadas como urbanas, mas elas são possíveis ser executadas.

Portanto, resumindo, nós vamos votar a favor. Isto é um momento histórico, é um momento histórico porque é uma grande área que vai ser transferida com uma mutação dominial, que ainda não percebi muito bem o que é que isto significa do ponto de vista jurídico, mas parece-me ser uma alteração de estatuto do solo, portanto basicamente vai passar para domínio municipal, mesmo sendo público, e portanto é de uma grande e enorme responsabilidade e penso que nós todos temos que contribuir para que aquela área, na verdade, se torne melhor do que aquilo que existe hoje, que parece-me que está um bocadinho parado no tempo. Tenho dito. Obrigada.»

O membro da AM, Vitor Cantinho (PPM) - «Muito obrigado aos meus colegas para me permitirem ter este debate, que está com falta de crítica e eu acho que nós temos que acordar um bocadinho para ver o que é que se passa nestas áreas tão importantes.



A ausência do Plano de Pormenor, parabéns à Teresa Correia por ter-se lembrado do Plano de Pormenor, que eu tenha conhecimento, só existe um Plano de Pormenor que é da ilha de Faro e contempla só metade da ilha, digamos assim, até mais ou menos ao Refúgio Aboim Ascensão (que foi um casino na altura, não sei se lembram, não se podem lembrar, não era do nosso tempo), mas funcionou um casino onde hoje é o Refúgio Aboim Ascensão. Portanto, vejam bem a dimensão turística que tinha o Plano de Pormenor da ilha de Faro. E esta área também é importante que tenha um Plano de Pormenor. Uma delas é para abrir um concurso de ideias para disfarçar os novos faróis contemporâneos. Foi o maior atentado paisagístico a nível nacional.

As torres de radio-controle que foram implantadas nos piores sítios que poderiam ter sugerido, não têm qualidade estética, têm uma cor parda que não convida a nada de bom visualmente. O farol não, o farol é um objeto artístico até e é representado em muitas representações artísticas.

Ora, o Plano de Pormenor foi taxativamente renunciado pelo Ministro das Infraestruturas, que eu agora não me recordo o nome, mas que já falei numa anterior assembleia municipal, no mandato anterior. Esse Ministro disse que não há Plano de Pormenor nas zonas da Orla Costeira. Como é que é possível uma pessoa dizer isto, um responsável técnico, e depois ouvir falar a Ministra do Mar quando foi a apresentação, penso eu, do Plano do Porto Comercial? E ela disse que temos que dotar este espaço dos melhores arquitetos e engenheiros, porque eles têm ideias, eles têm coisas fantásticas para resolver e para reprogramar espaços que estão já obsoletos. Portanto, o Porto Comercial não pára ali um barco há anos, se não me engano, ou há um ano que não pára um barco. E esta situação tem que ser renovada. Nós temos que pensar o que é que vamos fazer com o nosso Porto Comercial, que é logo aqui ao pé, e tão próximo da Baixa de Faro. E como se vai fazer ligação a isso?

Pronto, é isto que eu tinha para dizer substancialmente. Obrigado.»

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) - «Eu, de facto, perante este ponto que, como a colega Teresa Correia disse, é histórico, sou confrontado com sentimentos díspares.



O Tratado de Maastrich, em 1992, foi assinado numa altura em que eu estudava no ensino secundário, estava a transitar para o ensino superior e essa cultura europeia iluminou-me. A mim e creio que a muitos da minha geração e crescemos fundando clubes europeus e estudando a temática europeia. Aliás, recordando, o José Apolinário era eurodeputado nessa altura, foi lá à minha escola secundária e fez uma intervenção. Recordo-me com alegria do debate que tivemos nessa altura. E o Tratado de Maastrich instituiu um princípio que é o princípio da subsidiariedade. É difícil de dizer a palavra, mas basicamente é isto: devemos entregar a uma entidade o mais próximo possível das pessoas o poder de decisão que não valha a pena estar num poder de decisão mais acima. E aqui, em princípio, é aquilo que estamos a fazer, entregar a uma entidade que está mais próxima das pessoas, o município, a gestão de um território.

E portanto, em princípio, estamos a levar à letra aquilo que está instituído no Tratado da União Europeia. E portanto, isto em princípio deveria ser positivo e à partida é este o caminho a fazer.

O membro Vitor Cantinho queixou-se de falta de polémica no ponto, se calhar porque nós não quisemos dar atenção ao que ele disse, porque até esteve ali a propor a renaturalização de boa parte da ilha do Farol, na intervenção que fez. Isso seria motivo suficiente para ficarmos aqui noites a debater em acesa polémica. E portanto, nós quisemos ignorar aquilo que ele disse porque de facto não é fácil debater o tema, não é? E eu receio que esta decisão, ainda que – lá está – de acordo com os bons princípios da governança que estão instituídos no Tratado União Europeia, eu receio que esta decisão, que à partida seria um momento histórico e positivo, não tenha em si mesma alguma capitulação ou desistência por parte do poder central de querer ter uma palavra a dizer no ordenamento deste território que é um território sensível. Já teve várias fases, já teve vários momentos, já teve várias vontades, em diferentes momentos, com vários protagonistas políticos, uns de deitar abaixo, outros de não deitar abaixo ou não fazendo ou não assumindo, mas deixando estar.

E portanto, eu tenho um sentimento de alguma dificuldade em dizer o que eu acho que está certo neste assunto. Porque eu, em princípio, como o arquiteto Cantinho, eu sou pela renaturalização. Agora, estão ali



peças, estão vidas, estão décadas, está trabalho, está investimento, está esforço, está suor, está herança, está cultura, está proximidade ao mar, mas também está malta que vai para ali passar férias. E, portanto, eu tenho receio que provavelmente a Câmara, apenas aquilo que vai fazer é fazer o melhor possível, se calhar um plano de pormenor para ajeitar aquilo que lá está, umas infraestruturas, um alindamento do espaço público, enfim, uma preservação de tentar não deixar meter mais cimento, se calhar é aquilo que nos vamos limitar a fazer. E não sei se é essa a opção de fundo que se devia fazer, porque seguramente a Câmara não vai iniciar uma bravata para deitar abaixo casas e para pagar indemnizações, isso acho que está fora de questão, a partir do momento em que isto passa para a esfera da Câmara, esse cenário deixa de estar em equação, quer dizer, nenhum Presidente da Câmara razoável vai-se pôr a mandar abaixo casas assim, de forma à bravata pública. Agora, eu não sei se essa é a melhor opção, ou se de facto, olha, é deixar estar o que está, manter alguma equidade naquilo que já foi feito em outros núcleos habitacionais nas ilhas e portanto tentar pelo menos fazer o menos mal possível. E portanto, eu não sei, sinceramente...

Vamos votar a favor, porque obviamente somos a favor das transferências de competências, somos a favor de que as coisas sejam decididas próximo das pessoas, mas eu sinceramente acho que por detrás disto está uma desistência de ter uma política efetiva relativamente ao ordenamento deste território e portanto é um sentimento de alguma ambiguidade com que me vejo confrontado neste momento histórico.

O membro da AM, António Mendonça (CDU) - Obrigado, Sr. Presidente. A Ilha da Culatra e os núcleos populacionais de Ilha da Culatra, isto não é referido muitas vezes, mas acho interessante, são um exemplo extraordinário de comunidades que vivem a mobilidade suave. O que impressiona mais, particularmente no Farol e nos Hangares, é o estado de abandono e de degradação daquilo que é público, algumas coisas passadas agora para a responsabilidade do município do Faro, não sei se com poder de decisão suficiente para fazer aquilo que a proximidade nos levaria a fazer, todas estas transferências são fortemente tuteladas e subfinanciadas.



Nós vamos ver aquela parte, e um pouco do que conheço daquela parte, aquilo que é da responsabilidade do Estado, da administração central, está extremamente degradada e mal conservada. Porquê? Não presta? Não tem utilidade? Não merece ser reabilitado? Com o valor que aquilo tem, estamos à espera que apareça algum príncipe árabe para comprar aquilo? É essa a expectativa do Estado, fazer dinheiro com o território?

Depois, como é que está (aproveito a oportunidade) a situação do pontão de acesso à ilha do Farol?

O pontão de acesso à ilha do Farol estava bastante degradado. Uma vergonha, mas uma vergonha para nós em primeiro lugar. E eu próprio, e acho que todos os farenses de sentiram envergonhados com aquilo.

E por que é as pessoas do núcleo dos Hangares não têm transporte, não têm energia elétrica, não têm nada? E porque é que o Estado, tudo aquilo que está nos Hangares que é da responsabilidade do Estado, com a exceção ao pontão que a Marinha utiliza, é uma vergonha de degradação.

Eu sinto, quando eu vou dos Hangares até a costa, tudo o que ali está, que é património público, que é do Estado, que é da responsabilidade da administração central, é uma pouca vergonha que nos devia envergonhar a todos. Não há razão nenhuma para que aquela miséria esteja lá em cima da areia.

Se os pinheiros ali do Cantinho lá florescessem, coisa que eu duvido, mais valia que lá se estivesse uma mata de pinheiros mansos (mansos ou bravos, eu gosto mais dos mansos).

De modo que, de lá de cima cá para baixo, concreto preto no branco, o que nós temos ali é uma miséria pegada. E das poucas coisas que em toda a ilha da Culatra se aproveitam, devem-se fundamentalmente aos Culatenses e aos visitantes. E a quem lá passa férias.

Passar férias na Cultatra não é um crime. Eu sei que outros, mercê de outros investimentos, que se apropriassem da exploração turística daquilo tudo, colocariam lá outros a passar férias. E como eu muitas vezes disse, quando isso acontecer, então pode ser que a gente aqui em Faro possamos fazer férias em S. Brás de Alportel, que eles arranjem lá uma praia fluvial



para a gente...

Nós que estamos aqui, que somos Farenses, e os nossos amigos que não são Farenses mas que nos visitam, também têm direito a usufruir deste litoral. Isto não pode ser, pura e simplesmente, um mero negócio, em que deixem-se as coisas arruinarem, para da ruína surgir uma alternativa.

Esperamos, franca e sinceramente, que no município de Faro haja capacidade, como de resto também já foi sugerido, para fazer a gestão e o ordenamento mais conveniente daquele território, em função principalmente das nossas populações e dos interesses da nossa comunidade. Obrigado.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) - «Muito boa noite, novamente, Senhor Presidente.

Em condições normais, estaríamos prontos para votar favoravelmente esta transferência de competências para o município, mas não o iremos fazer hoje.

Sabemos que, com a transferência de competências das áreas portuárias e urbanas de desenvolvimento turístico a Câmara estará muito mais perto de poder avançar com projetos de desenvolvimento local, o que, à partida, é positivo na maioria das situações, o problema é que continuamos a ver o desenvolvimento como mera economia e não como preservação daquilo que existe. E por isso, surgem um pouco por todo lado, em particular na Ria Formosa, mas não só, projetos de passadiços em cima da Ria, que vão, mais cedo ou mais tarde, apodrecer; apesar de implicarem investimentos avultados, depois esses investimentos não são concretizados na manutenção. Também de mais barcos na Ria, de mais pontes, de mais portos de recreio, de mais pessoas na Ria, é a total exploração do Parque Natural da Ria Formosa sem considerar aquilo que é a sua capacidade de carga e o rigor necessário para tomar as melhores decisões. E isto não traz bom presságio. Ainda há pouco, o membro do PSD, Tiago Botelho falava, tal como o Tiago, nós, por princípio, somos favoráveis a estes processos de maior autonomia na maioria das decisões que sejam de proximidade, mas parece que, por vezes, estamos demasiado perto, física e emocionalmente, das situações para tomar as decisões mais isentas sobre esses assuntos,



e, em particular, os da Ria Formosa, que nos preocupam bastante.

A fruição da Ria não é um direito, é um privilégio – quem disse isto foi o professor Rui Santos, do Centro de Ciências do Mar – e é um privilégio não só das pessoas de Faro, nem só das pessoas de Olhão ou de Tavira, é um privilégio de todos os portugueses, e é uma maravilha do planeta em que vivemos e que deve ser preservada.

Ainda há pouco, e para terminar, falou-se do Porto de Recreio. É certo que nós estamos aqui a falar sobre o Porto de Recreio, mas o que eu vou dizer tem um pouco a ver com o que referi anteriormente. O Porto de Recreio, a construção daquele Porto de Recreio, terá um impacto igual a 200 hectares de floresta a arder, mais de 600 toneladas de gases de efeito de estufa. Além de contribuir para a extinção de espécies prioritárias de proteção da rede Natura, ervas marinhas, que estão em enorme declínio em todo o mundo, e que, naturalmente, vai prejudicar a integridade ecológica da Ria Formosa. Isto poderia parecer um populismo do PAN, com os seus ambientalismos, mas quem o diz é um professor de renome insuspeito, o Professor Rui Santos, que é um dos maiores investigadores do Centro de Ciências do Mar, e aqui do Algarve.

Por isso, e para terminar, e é um pouco ao lado, eu sei, mas sobre este assunto, apelávamos aqui a Câmara, no mínimo dos mínimos, e para este projeto em particular, solicitasse um novo procedimento para avaliação de impacto ambiental, porque o que existe já passou o prazo, é uma repescagem, que não está de acordo com o conhecimento científico atual, mas, até idealmente, o que seria melhor seria considerar outras alternativas ou outra alternativa para o Porto de Recreio, que é a possibilidade de passar para o atual Porto Comercial, onde os impactos ambientais seriam imensamente menores.»

O membro da AM, Vitor Cantinho (PPM) - «Muito obrigado.

E acho que isto é uma matéria importante, e queria responder ao Tiago Botelho em relação à reflorestação, é que aquele sítio exato, onde eu indiquei (que é do lado direito que está na imagem) está totalmente careca, portanto, não tem praticamente vegetação, senão aquela rasteira, é aí que pode nascer uma floresta. Portanto, eu digo, uma plantação massiva de



pinheiro-manso, que vai servir de cortina e vai obrigar a que as areias, durante as tempestades, não passem de um lado para o outro, fiquem retidas no sítio. E isso vai evitar... um dos maiores enchimentos foi há pouco tempo e que fez perigar o próprio farol, portanto, o farol esteve em perigo de derrocada, porque o mar, ao entrar, limpou a areia toda da praia frente ao farol. Portanto, e aquela área até está mais branca, é enchimento já artificial através de dragas. Mas eu penso que uma das coisas que o senhor presidente ainda podia implementar, e penso já que falamos, é o levantamento da telha toda que tem amianto. Existem imensas casas com telhas de amianto, e penso que bem negociado, e bem conversado, e bem explicado superiormente, podemos se calhar, aí sim, arranjar verbas para que a Câmara possa intervir num espaço que possa fazer essa operação de emergência, ou levantar toda a telha que tenha esse produto. Muito obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal - «Não sendo o tema desta proposta, mas foi aqui falado, fico muito sensibilizado com a preocupação sobre o Porto de Recreio Exterior, e a questão do DCAP, que termina do dia 12 de dezembro de 2024, sabemos bem isso, e estou muito empenhado em escutar – não tenha dúvidas nenhuma – este DCAP é de 2007 ou 2008, o problema é que só fizeram o DCAP, pronto, e quando a gente chegou ao DCAP, há uma ideia, mas falta o projeto, pronto.

E nós, digo já, no mandato onde eu estive em 2009, não fizemos nada sobre isso; no meu primeiro mandato também só fizemos em 2017, portanto, perdemos 8, 7 anos, nós, neste campo. Mas agora estamos a fazer. E, portanto, espero durante o próximo ano ter lá alguma obra para salvar esta questão.

Voltando ao tema, e sobre aquilo que o membro António Mendonça referiu, do Porto de Acesso. Estes... o membro António Mendonça tem toda a razão, estes projetos e estas transferências de competências são, uns com mais incidência e outras com menos, presentes envenenados. Aliás, perguntou por um pontão de acesso ao farol. Aquilo é nosso, porque a gente há 3 meses assinou um protocolo, senão não era nosso. Pronto.

Ficou escrito que a APS ia construir um ao lado, novo. Já lançou um



concurso, ficou deserto, está neste momento a preparar segundo procedimento. Mas entretanto aquilo quase caiu. Estivemos lá esta semana a fazer um passadisso em madeira para compor aquilo para as pessoas poderam chegar ao barco em segurança. Penso que ficou concluído hoje, já tenho aqui umas fotografias, mas não fui lá. Mas isto é um presente envenenado. Aliás, tudo o que vem da Administração Central é um presente envenenado. Eu dou um exemplo. Na área da cultura, alguém percebe porque é que as Ruínas de Milreu não passam para o município? Porquê? Nós temos um museu, temos técnicos, temos tudo.

Porque é que a Fortaleza de Sagres não passa para o município de Vila do Bispo? Sabem porquê? Porque dá receita. As ruínas de Milreu não dá muito, 50 ou 100 mil, por ano, de receita positiva, saldo positivo, e portanto fica na Administração Central. Segundo sei, em Vila do Bispo aquilo dá 900 mil euros. Já é um valor expressivo. Fica na Administração Central. O Farol pode passar para o município de Faro. Traz uma receita associada, é verdade, mas nunca ninguém investiu lá, porque esta receita que a gente vai receber para o ano, que foi recebida este ano, são cento e tal mil euros, salvo erro, foi recebida este ano pela APS, o ano passado. Nos últimos 10 anos foi um milhão e tal. Zero de investimento. Aliás, o investimento que tem sido feito no farol tem sido o município que todos os anos dá uma verbazinha à associação, que vai compondo ali umas coisas, porque senão aquilo estava uma desgraça.

Na Culatra, foi feito o PIR pela Pólis, intervencionado. De lá para cá, zero. Desde 2018 que a Ministra Ana Paula Vitorino deu instruções para fazer um protocolo com a Câmara para passar a gestão para aquilo. 2018. Vamos assinar agora. Sabem o que diz o protocolo? O município fica com a competência de gerir o espaço público, mantê-lo, etc., por aí fora. Só isso. São duas páginas, salvo erro. Financiamento? Zero. Mesmo assim, desde 2018, estamos à espera. Eu vou assinar. Provavelmente se viesse aqui à Assembleia, votariam contra. Eu vou assinar, porque acho que se não for o município a agarrar aquilo, cada vez será pior, porque quem tem a jurisdição daquilo é APA, a APA não tem sequer orçamento e, portanto, eles ficam ao abandono.

Sobre o farol, o que é que vamos fazer? Vamos tomar conta daquilo.



Vamos regularizar, porque há muitas situações que a APS não quis regularizar. O senhor de 80 anos faleceu e eles não aceitaram isso, que passasse para os herdeiros sequer. E aquilo está lá. As pessoas estão lá, não estão a pagar, continuam lá, porque também nunca fizeram despejos nem nada e, portanto, há ali um conjunto de situações que estão irregulares. Vamos estudar isso. ~

Há aqui uma coisa que é assim, meus amigos. Não há novas construções aqui. A única coisa que pode haver é requalificação do que lá existe. É isso que está no POOC, é isso que está em todos os instrumentos territoriais. Portanto, não vai haver, não é pelo facto de estar com o município, que vão existir novas construções, ou não.

Temos um problema, que é, aliás, há lá uma casa que é engraçada, porque a linha delimitadora da APS e do Domínio Público Marítimo passa no meio da casa, não sei se é esta disposição, mas sei lá... a cozinha e a casa de bem estão do lado da APS vão ser nossas e estão legais, os quartos estão do outro lado e são ilegais. Digo já, a minha intenção, quando isto estiver assinado, é fazer um ofício (já sei qual vai ser a resposta, mas farei) a solicitar que o resto da zona urbana seja anexada a esta zona. É isso, do meu ponto de vista, que faz sentido. Se a gente tem esta que aqui está, que, entre aspas, é legal, porque é que a metade daquela casa não pode ser legal? Essa será uma batalha para seguir.

Depois, só duas questões. O Porto de Recreio e fazer a avaliação de impacto ambiental. Se a gente não começar a obra até o próximo ano, não há Porto de Recreio. E, portanto, fazer hoje um impacto ambiental com as novas tecnologias que existem, significa que daqui a dez anos estará aqui alguém a discutir exatamente a mesma coisa. É uma opção, é evidente, mas também digo que os projetos que estão a ser desenvolvidos e, nomeadamente, a questão do Porto de Recreio, é muito inferior àquele que estava previsto no DCAP, em termos de aterros, em termos de tudo, são, se calhar, dez por cento o impacto que tem. Estamos a cumprir e vamos cumprir com todas as regras que lá estão.

E, mais, nesses projetos todos que fizemos, a infraestrutura portuária que vos mostrei há pouco, dos oito milhões e meio, de empréstimo, mais esta e



mais a requalificação da rua que vai da doca até ao teatro, onde nós, por exemplo, tínhamos, quando se vem nessa rua, ali, por exemplo, junto à estação, há uma zona que não tem construção, que é Ria, tínhamos, inclusive, posto um passadiço, abandonamos isso, porque foi o próprio Professor Rui Santos que nos fez os estudos das incidências ambientais naquela zona e todas as condicionantes que ele, de alguma forma, definiu foram consideradas. E, portanto, nesse campo eu percebo a preocupação, mas houve essa preocupação. Aliás, o ICNF exigiu-nos isso, a APA países exigiu-nos isso, falámos com a universidade, e, portanto, todos esses estudos foram feitos.

Por último, sobre o que disse o Cantinho, da retirada do amianto. Esse é um problema que vamos ter, mas não vai ser o município a fazer isso. O que lá está são propriedades privadas, são casas privadas. Naquelas que forem nossas, estão lá algumas que vão ser nossas, tiraremos. Nas outras, teremos que convencer as pessoas a fazer isso. Obrigado.»

Não havendo mais intervenções, foi este ponto posto à votação, obtendo-se o seguinte resultado:

Votos contra – 00

Abstenções – 04 (03CDU, 01PAN)

Votos a favor – 27 (10PSD, 02CDS, 01CH, 01IL, 01MPT, 01PPM, 10PS, 01BE)

A proposta é aprovada por maioria.

Texto da deliberação:

DELIBERAÇÃO

Aos vinte sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na “**Proposta n.º 269/2023/CM – Relatório Final da Comissão para identificação das áreas e competências a transferir para o Município de Faro no domínio das áreas portuárias e marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à área portuária**”, e a minuta do Protocolo constante no citado Relatório Final, conforme apresentado no ofício n.º 6313, de 12/07/2023, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:



	PSD	CDS	CH		MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Contra											00
Abstenções								03		01	04
Favor	10	02	01	01	01	01	10		01		27

A Proposta n.º 269/2023/CM foi **aprovada por maioria.**”

Presidente da Câmara Municipal - «Sr. Presidente, se me é permitido, eu propunha que voltássemos à proposta anterior. Tenho resposta para dar.

Presidente da Assmbleia Municipal - «Ah, muito bem, tem razão. Vamos, então reapreciar o ponto 4, a proposta número 259/2023. Sr. Presidente, tem a palavra.»

Proposta nº 259/2023/CM (continuação da apreciação)

Presidente da Câmara Municipal - «Há uma discrepância, dito assim, entre aquilo que diz na informação, na proposta anterior, na informação técnica, em que, por exemplo, nos fogos fala 3.392 milhões, e agora, na repartição de encargos que aqui está, são 3 milhões, sensivelmente. E, portanto, há aqui uma diferença, porque esses 3 milhões 392 mil euros era o preço-base; como isto já teve compromisso, está feito o contrato, este é o valor final, por isso é que está aqui. A diferença reside nessa discrepância: uma era o preço-base que foi a concurso, e esta resulta já do concurso. O concorrente que ganhou apresentou este valor, e portanto, é isso que está aqui.»

Presidente da Assembleia Municipal - « Obrigado, Sr. Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado João Brandão, do Bloco de Esquerda.»

O membro da AM, João Brandão (BE) - «Há outra discrepância... o outor aumentou. Há um que diminui e outro que aumenta.»

Presidente da Câmara Municipal – «Não, aumentar não pode.»

No caso da Ludovico Menezes, dos fogos habitacionais, houve um preço-base e há um concorrente que tem que ter menos do que o preço-base, e por isso é que aparece.



No caso da escola, o que está ali é que nós tínhamos posto a concurso um valor que era o preço-base, que correspondia ao financiamento bancário, esse concurso ficou deserto e nós injetamos dinheiro do orçamento municipal e, portanto, tem duas componentes. Uma é o empréstimo, que tinha sido aprovado e que a gente não pode mexer; como tivemos que aumentar o valor do preço-base, não fomos ao empréstimo, metemos dinheiro próprio do município, e por isso é que aquilo aumentou.

Portanto, a diferença é entre o que é financiamento bancário e o que é financiamento próprio, é por isso.

Aliás, nós fizemos isso com os fogos da Ludovico Meneses, também, que ficou o concurso deserto no ano passado, era dois milhões e tal; depois metemos dinheiro do município, renegociámos com o IHRU e na última Assembleia veio cá uma incorporação de dinheiro, onde tinha mais dinheiro que vinha do IHRU que foi para tapar isso.

Portanto, aqui a questão é: há uma componente de empréstimo bancário e há uma componente, que é o que está a mais, que é fundos próprios.»

Presidente da Assembleia Municipal- «Muito obrigado, eu creio que é desejável que todos tenham perfeita noção daquilo que estamos a votar e daquilo que é apreciado pela Assembleia Municipal. Eu, do meu ponto de vista, as explicações dadas pelo Sr. Presidente são suficientes, mas tendo-se gerado esta incerteza e esta dúvida de algumas das bancadas, e não tendo sido absolutamente clara a matéria, se houver alguma reserva de princípio da parte de alguém em relação à matéria, eu não tenho problema nenhum em adiar o ponto e convocarmos outra Assembleia Municipal, ou na próxima Assembleia Municipal reaprova-lo. O que eu não desejo é que parem dúvidas sobre aquilo que está a ser votado aqui, seja da responsabilidade de quem elas forem, portanto, ponho completamente à vontade, para deliberar.»

Presidente da Câmara Municipal – «Sr. Presidente, eu faço outra proposta. Esta Assembleia foi marcada exclusivamente por este ponto e depois metemos aqui os outros porque tinha que ser. Porque nós temos que mandar isto, no caso da Mário Lyster Franco, para o Tribunal de



Contas, ou então, esperamos mais dois meses por setembro. A proposta que eu fazia era que se votasse com a reserva de, amanhã, eu pedir à Dr^a Natércia, ao Departamento Financeiro, para escarpelizar isto tudo e verificar se há algum erro. Se houver algum erro, a proposta fica sem efeito. Não posso aprovar nada se houver erros. Portanto, porque se não ou marcamos para a semana, ou então esperamos por setembro e fica sem efeito, perdemos aqui três meses. É só por isso.»

Presidente da Assembleia Municipal - «Eu diria o seguinte: isto tem, estão aqui dois aspectos sob avaliação. Um é a questão política, que cada um tem a liberdade de formar a sua vontade em função daquilo que entender em relação à matéria. E, depois, aquilo que está a ser questionado é uma questão do ponto de vista técnico. É saber se a proposta que está a ser submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal cumpre, ou não, com o regime jurídico em vigor. O entendimento do Sr. Presidente é que cumpre. Não há ninguém que ponha esse entendimento em causa. Há é dúvidas se a fórmula da apresentação salvaguarda isso ou não.»

Aquilo que eu proporia, de acordo até com a sugestão do Sr. Presidente é deliberarmos à condição. Portanto, os serviços podem verificar amanhã, sem problema rigorosamente nenhum, se de facto há algum engano ou se não há engano. Se não haver engano, não há razão para a proposta não ser aprovada. Se haver engano, nós damos a deliberação que viermos a tomar hoje como nula porque ferida de ilegalidade.

Eu não tenho razão para duvidar da legalidade daquilo que está sempre proposto. Portanto, se ninguém levanta qualquer dúvida a respeito disso eu creio que esta metodologia pode perfeitamente ser cumprida e salvaguardar a posição da Assembleia Municipal a este respeito.

Vamos ver uma coisa: nós não temos, eu não tenho nenhum fundamento para afirmar que há aqui um erro, tanto em relação a essa proposta como em todas as demais. Eu, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, não tenho nenhum fundamento para afirmar isso. Aquilo que foi levantado foram dúvidas sobre se a apresentação da proposta continha ou não algum erro. O Sr. Presidente deu uma explicação para a matéria mas



para que a questão fique melhor clarificada daqui a 10 minutos teremos... por favor...»

O membro da AM, João Brandão (BE) - «Eu não quero ser chato e incomodar, eu aceito a proposta e voto a favor, o que eu acho é que o documento diz a certa altura: a obra no valor tanto vai ser repartida desta maneira – e portanto a maneira como vai repartir, o total não dá o valor que diz que é da obra. O problema é o próprio texto que não é coerente. O texto pode ser corrigido. O texto não pode dizer que a obra no valor tanto vai ser repartida desta maneira e o total da repartição não corresponde ao valor que diz que é a obra. É só uma questão de lógica e de coerência do texto.

Aceito votarmos condicionalmente e depois resolver, desde que o texto corrija isso.»

Presidente da Assembleia Municipal - «Muito bem, agradeço e creio ter sido útil a sua observação, porque por vezes há matérias que são submetidas à apreciação da Assembleia Municipal e porventura as propostas são suscetíveis de conter erros, e também está no âmbito do escrutínio da própria Assembleia Municipal elucidar os demais desses erros e, se for possível, corrigi-los.

Vamos então passar ao ponto sete, deixamos este ponto em banho-maria (a Proposta 28/2023/CM).

PONTO 7

Apreciação e deliberação acerca do Acordo de Geminção entre o Município de Faro, Algarve, Portugal e a Cidade de Hayward, Califórnia, EUA - Proposta n.º 289/2023/CM.

Presidente da Câmara Municipal – Este Acordo de Geminção, eu confesso que, aliás até em alguns documentos que existem no município, estávamos convencidos que este Acordo já existia.

Na década 60-70 houve uma grande interação entre o município de Faro e a cidade de Hayward. Não é por acaso que nós temos uma avenida que se



chama Avenida Cidade de Hayward. Acho que todos conhecem (aquela que passa ali ao lado do motoclub e à entrada de Faro) e houve uma aproximação muito grande entre o município e a cidade de Hayward na Califórnia, uma cidade que tem muitos emigrantes portugueses que foram para lá e estávamos convencidos que existia este processo de geminação. Informalmente, ele existiu. Há uma praça chamada Praça de Faro na cidade, que tem calçada portuguesa. O município de Faro mandou dois calceteiros para lá para fazerem essa mesma calçada portuguesa. E houve muita interação entre os dois municípios.

Nos últimos anos eles têm vindo a falar connosco. Este ano que passou, recuperaram essa praça de Faro. Eu não podia, na altura; foi o vice-presidente, o Bruno Inácio e o Henrique Gomes, que estiveram lá, foram excelentemente recebidos e, entretanto, ficou de eles virem cá. Eles virão cá, foram convidados para vir cá no dia 7 de setembro, naquela semana de setembro, vão passar cá pelo menos uma semana. Penso que depois até ficarão mais tempo mas já é fora do processo de geminação.

E, portanto, o que se pretende é, de alguma forma, firmar este acordo de geminação que será assinado no dia 7 de setembro, quando o Presidente do Conselho Municipal, o Presidente Mark Salinas cá estiver com a sua missão para conhecer a cidade de Faro, fazer aí algumas visitas. Um dos temas que lhes é muito caro – infelizmente, como nós – é a proteção civil e os incêndios, que eles também têm muito.

Vamos ter um processo de várias visitas aqui, para nos conhecerem, e gostaríamos de assinar este acordo de geminação entre Faro e a cidade de Hayward que já tem um histórico grande de relacionamento. Muito obrigado.»

O membro da AM Paulo Botelho (PSD) - «Em nome da bancada do PSD, na Assembleia Municipal de Faro, quero começar por congratular o executivo municipal, liderado pelo professor Rogério Bacalhau, pela formalização do acordo de cooperação e geminação entre o município de Faro e a cidade de Hayward, na Califórnia, nos Estados Unidos, reativando e materializando uma longa relação que remonta a 1965, altura em que no âmbito do programa para a paz *People to People* se



estabeleceu uma geminação entre ambas as cidades.

Com esta geminação, Faro abre mais uma oportunidade para aprofundar, a nível local, uma muito boa relação existente entre os dois povos, nomeadamente com a comunidade portuguesa presente naquele território.

O município de Faro encontra nas suas relações de geminação e cooperação um instrumento privilegiado de ação para a manutenção e aprofundamento das relações entre as cidades, e um instrumento de solidariedade assente na firme vontade de desenvolvimento de sinergias e intercâmbio e na procura de desenvolvimento harmonioso das duas cidades.

Desta forma, desenvolver ações que visem intensificar os laços de geminação, designadamente através do intercâmbio de conhecimentos das vivências sociais, económicas e culturais entre as duas cidades, fomentar a cooperação técnico-científica, troca de experiências e soluções no mundo que se quer cada vez mais forte e unido, estabelecendo relações de cooperação profícuas.

Paralelamente, o envolvimento dos agentes institucionais, económicos, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento de ambas as comunidades.

No passado mês de março de 2023, aquando da visita da comitiva do município de Faro, liderada pelo vice-presidente Paulo Santos, acompanhado pelo Reitor do Universidade do Algarve, Paulo Águas, foi assinado um protocolo de cooperação entre o Universidade do Algarve e uma Universidade da Califórnia.

Foram igualmente lançadas as bases para a realização de cooperações entre as duas cidades, direcionadas para os objetivos do desenvolvimento sustentável do milénio, os ODS's, definidos pelas Nações Unidas na área da gestão de recursos hídricos e alterações climáticas, bem como intercâmbios culturais e estudantis.

Face aos desafios gerados pela globalização e cooperação inter-municipal, nomeadamente através de Programas de Geminação, tem assumido ao longo dos anos um papel cada vez mais importante, apresentando-se



como uma janela para outras realidades, um instrumento importante de procura de soluções e formação de solidariedades estratégicas.

O convite endereçado ao Mayor de Hayward, Mark Salinas, para participar nas cerimónias do dia da Cidade de Faro é sinal do compromisso deste Executivo em cimentar esta relação.

A cooperação inter-municipal é hoje uma nova forma de organização que permite a um município destacar-se e marcar o posicionamento local, regional e internacional, tornando-o mais ágil, flexível e competitivo. Este tipo de relação entre cidades permite ganhar escala, ou seja, transformar os recursos em produtos, de forma a obter notoriedade e reconhecimento, quer a nível nacional, quer a nível internacional. Muito obrigado.

Não havendo mais intervenções, foi posta à votação este ponto, obtendo-se o seguinte resultado:

Votos contra – 00

Abstenções -00

Votos a favor – 31

Aprovado por unanimidade.

Texto da deliberação:

“DELIBERAÇÃO

Aos vinte sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 289/2023/CM – Acordo de Geminação entre o Município de Faro e a Cidade de Hayward**, para autorizar a geminação do Município de Faro com a Cidade de Hayward, conforme proposta de Protocolo anexo à citada Proposta, e de acordo com o ofício n.º 6665, de 25/07/2023, da Câmara Municipal de Faro,

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH		MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Contra											00
Abstenções											00
Favor											31

A Proposta n.º 289/2023/CM foi **aprovada por unanimidade.**”



Presidente da Assembleia Municipal - «Vamos fazer um intervalo de entre 5 a 10 minutos. Muito obrigado.»

Foi decidido interromper os trabalhos por um breve período, de modo a serem devidamente aclaradas as dúvidas colocadas relativamente à Proposta nº. 259/2023/CM.

...

Foram reabertos os trabalhos, retomando-se o ponto nº 4 – Proposta nº 259/2023/CM

Presidente da Assembleia Municipal - «Bom, creio que estamos em condições de retomar a nossa sessão e o Sr. Presidente dará as explicações a respeito da matéria. Por favor, Sr. Presidente.»

Presidente da Câmara Municipal - Antes de mais, queria agradecer a paciência e a generosidade. Temos aqui a senhora *Vereadora das Finanças* [Diretora do Departamento]...

Não, o que está aqui está certo. Apenas para explicar melhor, no terceiro parágrafo da proposta 259 diz assim: *a aprovação pela Câmara Municipal da abertura do procedimento concursal para a construção (...) sob as propostas 56, 120 e depois a 206, no montante de 3.072.498,85€, a executar em 2023 com financiamento bancário....*

Falta aqui acrescentar que já existia uma repartição de encargos, e está aqui o cabimento que fomos buscar. O cabimento anterior era de 3.072.498,85€, em 2023 – é o que diz aqui – mas já antes havia um cabimento para 2024 de 265.000 euros. É isso que falta aqui acrescentar. Acrescentar, pronto, explicitar que é, se calhar, para ficar mais perceptível: “vírgula e um cabimento de 265 em 2024”. O que se fez aqui foi pegar nestes 3 milhões e setenta e dois, de 2023, tirar daqui valor, somar a este 265, que já existiam em 2024, e o remanescente da repartição de encargos vai para 2025 ainda 285.

Portanto, está tudo certo. Há realmente aqui, se calhar, uma falta de esclarecimento que não foi referido estes 265.000 que já existiam em repartição de encargos em 2024.



A questão, o que está aqui em termos daquilo que se pretende está certo, mas faltava aqui este esclarecimento de dizer que já existia um valor em 2024 dos 265. Obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal - «Creio que estamos todos esclarecidos.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) - «Como é óbvio, o Partido Socialista vai aprovar a proposta e o pedido que é feito aqui, mas que situações destas não se voltem a repetir. É um erro numa proposta. E a proposta tem que ser retirada, depois é corrigida e depois volta à Assembleia Municipal.

E digo isto porquê? Porque eu já assisti nesta Assembleia Municipal, a pedido do PSD (ainda o Sr. Presidente da Câmara não era Presidente da Câmara), porque uma vírgula estava mal posta e que mudava o sentido da proposta. Duas vezes, propostas importantíssimas foram retiradas, porque havia de facto um membro da Assembleia Municipal (que por acaso até já faleceu, e que era diretor de finanças), que era muito mesquinho a ler a documentação e por uma vírgula, duas vezes, tivemos que retirar a proposta.

Sr. Presidente, pode contar com o voto do Partido Socialista nessa proposta, no seu pedido. Tenho dito.»

Presidente da Assembleia Municipal - «Sr. Deputado Carlos Alberto, quem decide se as propostas são ou não discutidas e votadas é a Mesa da Assembleia Municipal. E, em um último caso, o plenário da Assembleia Municipal, se houver recurso da decisão da Mesa.

Além do mais, segundo o que foi aqui explicado, esta proposta não está mal redigida, não está eivada de nenhuma ilegalidade, nem contém qualquer incorreção. O que se verifica, pelo contrário, é que poderia, eventualmente, ter uma melhor explicitação para que não pairasse qualquer dúvida a respeito do teor da proposta. E, portanto, considero que a sua apreciação foi completamente descabida porque não tem qualquer enquadramento no contexto que nós aqui tivemos. Sr. Presidente...»



Presidente da Câmara Municipal - «Aliás, a proposta é muito extensa. Tem, inclusive, estes despachos e estas propostas anteriores e isso está lá. Portanto, evidentemente, não cabe a cada um de nós estar a fazer essa análise, mas o que eu disse aqui está na própria proposta, nos documentos anexos. Estes dois documentos que aqui estão são o cabimento inicial e eles existem aqui.

Portanto, como disse, há apenas aqui algo que podia estar melhor explícito, mas também ainda bem que viram, é para isso que os 30 membros da Assembleia e os 9 da Câmara, 31 mais 9, servem para a gente também detectar algumas coisas. Neste caso, a repartição está bem. Há apenas aqui, se calhar, mais três ou quatro palavras que, se estivessem ali, não daria um azo a que tivéssemos essa discussão.

No caso anterior, que é diferente (da Ludovico), o valor que está lá é diferente do que estava anteriormente porque neste momento estamos a trabalhar com o compromisso e antes estávamos a trabalhar com o preço base que foi cabimentado. Hoje já sabemos quanto é que vai custar a obra neste momento, em termos de contrato, e portanto já não fazia sentido manter o valor inicial porque já sabemos. Mas pronto, isso faz parte dos timings das coisas. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal - «Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos então passar à votação deste ponto, sem antes dirigir, em meu nome e creio que de todos os demais, um cumprimento à Dr^a Natércia Palma pela sua disponibilidade em poder oportunamente esclarecer esta dúvida.

Vamos então votar a proposta do Ponto N^o 4 – Proposta n^o 259/2023/CM, da autoria da Câmara Municipal.

Resultado da votação:

Votos contra – 00

Abstenções – 03 (CDU)

Votos a favor – 28 (10PSD, 10PS, 02CDS, 01IL, 01CH, 01MPT, 01PPM, 01BE, 01PAN)

O ponto 4 foi aprovado por maioria.



Texto da deliberação

“DELIBERAÇÃO

Aos vinte sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 259/2023/CM – Reprogramação financeira: “Construção de fogos habitacionais na Rua Ludovico Menezes”; “Construção da Escola EB1/J.I Afonso III” e “Conclusão da Avenida Mário Lyster Franco”**, conforme apresentado no ofício n.º 6316, de 12/07/2023, da Câmara Municipal de Faro, para que a Assembleia Municipal delibere aprovar, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a reprogramação dos encargos e a assunção dos compromissos plurianuais referente aos projetos "Construção de Fogos Habitacionais na Rua Ludovico Menezes (2018/16 9/2)"; “Construção de Edifício Escolar de Ensino Básico e Jardim Infantil no recinto da Escola Afonso III (2020/9.2)” e “Conclusão da Avenida Mário Lyster Franco (2021/31)”, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que seguidamente se identificam:

- ✓ **Construção de Fogos Habitacionais na Rua Ludovico Menezes (2018/16 9/2)**
 - ✓ 2023 – 57.909,93€
 - ✓ 2024 – 1.437.385,49€
 - ✓ 2025 – 1.552.595,78€
- ✓ **Construção de Edifício Escolar de Ensino Básico e Jardim Infantil no recinto da Escola Afonso III (2020/9.2)**
 - ✓ 2023 – 49.549,92€
 - ✓ 2024 – 2.971.824,20€
 - ✓ 2025 – 285.719,88€
- ✓ **Conclusão da Avenida Mário Lyster Franco (2021/31)**
 - ✓ 2023 – 405.451,71€
 - ✓ 2024 – 1.904.836,53€

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:



Assembleia Municipal de Faro
27/07/2023

Ata nº. 33

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Contra											00
Abstenções								03			03
Favor	10	02	01	01	01	01	10		01	01	28

A Proposta n.º 259/2023/CM foi **aprovada por maioria.**”

Presidente da Assembleia Municipal - «Estão assim concluídos os nossos trabalhos. Muito obrigado a todos e muito boa noite.»

Para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário